



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JULIA PEREIRA BUENO

**A ENCRUZILHADA TAMBÉM É PONTO DE PARTIDA: experiências e práticas
políticas em Redução de Danos com/por pessoas trans e travestis**

Recife

2024

JULIA PEREIRA BUENO

**A ENCRUZILHADA TAMBÉM É PONTO DE PARTIDA: experiências e práticas
políticas em Redução de Danos com/por pessoas trans e travestis**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.
Área de concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas

Recife

2024

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B928e Bueno, Julia Pereira.

A encruzilhada também é ponto de partida : experiências e práticas políticas em redução de danos com/por pessoas trans e travestis / Julia Pereira Bueno. – 2024.

84 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Medrado, Benedito.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2024.

Inclui referências e apêndice.

1. Psicologia. 2. Redução de danos. 3. Transfobia. 4. Promoção da saúde.
5. Pessoas transgênero. 6. Travestis. I. Medrado, Benedito (Orientador). II.
Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2024-123)

JULIA PEREIRA BUENO

A ENCRUZILHADA TAMBÉM É PONTO DE PARTIDA: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS POLÍTICAS EM REDUÇÃO DE DANOS COM/POR PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Psicologia. Área de concentração: PSICOLOGIA.

Aprovada em: 27/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Benedito Medrado Dantas (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Pietro Camila de Pieri Benedito (Examinador Externo)

Participação via Videoconferência

Prof.^a. Dr.^a. Jaqueline Gomes de Jesus (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

OBSERVAÇÃO

A defesa em epígrafe foi realizada integralmente, por videoconferência, envolvendo a Banca Examinadora e a discente, através de recursos de videoconferência, que possibilitaram realizar a discussão acadêmica sobre o objeto de estudo, com som e imagem.

AGRADECIMENTOS

Quero começar estas linhas agradecendo às minhas (Tr)an(s)cestrais. Agradeço a Brenda Lee, que construiu uma estrada para que muitas de nós, travestis e transexuais que vivem com HIV e precisam de políticas públicas que as reconheçam como sujeitas de direito e desejos, pudessem almejar um cuidado em saúde, sem transfobia.

Agradeço a todas as travestis, às prostitutas, às pessoas que (con)vivem nas ruas e às que integram o movimento Pop Rua, aos/às usuários/as de drogas e todos/as aqueles que a nossa sociedade julga abjetas, desprezíveis, anormais, monstruosas. A nossa monstruosidade é espelho, onde essa mesma sociedade se vê em nós e odeia o que enxergam de si mesmas. Sem a existência e a resistência dessas (nossas) corpos, as práticas e políticas de Redução de Danos (RD), a minha vida e nem esse trabalho que agora apresento seriam possíveis.

Quero agradecer ao Benedito Medrado, que além de orientador, também foi um companheiro, me escutando, me dando espaços diante de todas as dificuldades que enfrentei até chegar ao término desse trabalho. Acredito que sem a paciência e o espaço que ele me concedeu, tudo teria sido mais difícil.

Quero agradecer imensamente a Daniel Coelho, que, desde que me desloquei para Recife e para a UFPE, esteve presente, apoiando-me, compartilhando trabalhos, ideias, lendo e me dando direcionamentos importantes para minha vida acadêmica.

Quero agradecer também a Monaliza, que esteve presente nesse processo, sempre com muito carinho e dedicação ao que eu comunicava. Também foi peça importante na leitura e nas críticas para a melhoria deste trabalho.

Quero agradecer Cibelle, Marqueza, Estrela, Flávia e Renato-que foram pessoas que eu já conhecia pessoalmente nas encruzilhadas da vida entre a Redução de Danos e a resistência das pessoas trans e travestis.

Agradeço também a Aley, que me acompanhou nesse processo e me auxiliou durante as oficinas, disponibilizando os seus sábados pela manhã discutindo os casos que se apresentaram e dando ideias de caminhos possíveis.

Agradeço também a Nêmara Vianna, que além de ser uma das minhas referências teóricas, também é uma amiga pessoal que me acompanha nessa jornada desde 2019, quando nossos caminhos se cruzaram no campo da Redução de Danos em São Paulo. Hoje seguimos próximas na RD aqui em Recife.

Quero agradecer a Jaqueline Gomes de Jesus e Pietro Benedito, que se dispuseram a

estar em minha banca e que também são referências pessoais, na prática da execução de uma ciência comprometida e crítica.

Agradeço a Escola Livre de Redução de Danos onde, aqui em Recife, pude trabalhar e que apoiou minha pesquisa. Sem o trabalho de vocês, nada disso estaria como está hoje.

Quero agradecer Amanda Palha, Apollo Arantes e Lindinha, que foram pessoas importantes para minha fixação em Recife. São parte da minha família, pessoas com quem aprendo como afeto também é Redução de Danos. Eles são aquela família que construímos pelos becos, vielas e encruzilhadas.

Quero agradecer Priscila Gadelha, Arturo Escobar, Ingrid Farias, Ana Maria e Rafael West, que foram amigos importantes nessa caminhada da Redução de Danos, além de amigos pessoais também são referências na área. Nos caminhos que eu sigo, tenho imensa alegria de encontrar vocês nessa encruzilhada da vida.

Quero agradecer a minha família, minha mãe, irmã e irmão que, mesmo de longe, me acompanham e me incentivam no que eu faço.

Quero agradecer aos amigos e amigas que fiz na UFPE por todo apoio emocional, todo encontro, toda conversa que tive, vínculos e amizades são fundamentais na construção dos nossos saberes.

Quero agradecer ao D.A. Psi. Com vocês também meus saberes e conhecimentos circularam, pude não me sentir uma ilha e ver a importância desse conhecimento para a formação de uma psicologia mais consciente das relações micropolíticas que estabelece. Nossos contatos refrescaram meus saberes.

Agradeço a CAPES que, com a concessão da bolsa por 12 meses, tornou possível me dedicar integralmente nessa jornada.

Travesti é invasão

Já tentaram tantas vezes no exterminar.
Nos minimizar
nos marginalizar
nos estigmatizar

Quem aqui nunca foi tirada de loka
tirada de puta
com pouca roupa
sentindo muita culpa?

Quem nunca escondeu a saia
Escondeu a barba
Já caiu na lábia
e anda armada?

Travesti é história
história de puta
história de luta
e a história das ruas

Como nossos corpos expostos
nas chacinas
nas revistas
será assim cazinimiga

Não entrem em pânico
e abracem a razão
nós somos multidão
somos ocupação
travesti é invasão.

(BUENO, 2023, p. 58)

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo geral explorar narrativas sobre estratégias de Redução de Danos desenvolvidas por pessoas trans e travestis que atuam neste campo, investigando suas compreensões sobre Redução de Danos, cuidado e transfobia, de modo a dar visibilidade a experiências pouco conhecidas e, conseqüentemente, ampliando o conhecimento e contribuindo para a consolidação e expansão deste campo. A partir do nosso posicionamento construcionista e feminista em psicologia social, realizamos uma pesquisa qualitativa, cujo instrumento metodológico foram três rodas de conversas, tendo como interlocutoras privilegiadas pessoas trans que atuam na promoção da saúde por meio de estratégias de Redução de Danos, na Região Metropolitana de Recife, capital do estado de Pernambuco. No primeiro encontro, foi proposta uma oficina de colagem (com gravuras, imagens, ilustrações) de modo a produzir um primeiro momento de aproximações ao tema da Redução de Danos. No segundo encontro, focalizamos mais diretamente narrativas dos/das participantes em sua atuação como redutores de danos nas suas vidas e por fim, no terceiro encontro, realizamos uma atividade inspirada no Teatro do Oprimido, reproduzindo uma cena de abordagem e acolhimento na Redução de Danos. O exercício analítico resultou em três eixos de análise: 1) repertórios sobre Redução de Danos, 2) cuidado como fundamento para Redução de Danos e 3) transfobia nas encruzilhadas de gênero e saúde. Nossas análises denunciam, entre luzes e sombras, silêncios que permeiam os diálogos sobre transfobia, mesmo em um campo de promoção de direitos humanos, como se define a Redução de Danos. As pessoas entrevistadas evidenciam capacidade técnica de compreender os princípios e as diretrizes da Redução de Danos, entendida como importante tecnologia de promoção da saúde. Em suas narrativas, identificamos a Redução de Danos, na fala dessas pessoas como forma de sobreviver. Na mesma medida, as estratégias dessa sobrevivência se encontram numa encruzilhada que configura uma ética travesti. Nessa encruzilhada, *transpassam* questões estruturais historicamente fundamentadas. É necessário, portanto, compreender a promoção da saúde como tecnologia de cuidado que deve compreender e intervir sobre corpos vulneráveis, de modo particular e associado às condições que a vulnerabilizam, inclusive reconhecendo que a empregabilidade (ou a falta dela) é ainda um obstáculo, uma barreira, um condicionante para o pleno desenvolvimento da saúde da população trans em nosso país.

Palavras-chave: transgeneridade; travesti; transexualidade; transfobia; redução de danos; cuidado; epistemologia trans.

ABSTRACT

The general aim of this dissertation was to explore narratives about Harm Reduction strategies developed by trans people and travestis who work in this field, investigating their understanding of Harm Reduction, care and transphobia, in order to give visibility to still little explored experiences and, consequently, broaden knowledge and contribute to the consolidation and expansion of this field. Based on our constructionist and feminist stance inside the field of social psychology, we carried out a qualitative study, in which the methodological instrument were three circles of conversation with trans people who work in health promotion through Harm Reduction strategies in the Metropolitan Region of Recife, capital of the state of Pernambuco, as the main interlocutors. In the first circle, a collage workshop was proposed (with prints, images, illustrations) in order to produce a first approach to the theme of Harm Reduction. In the second meeting, we focused more directly on the participants' narratives of their work as Harm Reduction workers in their lives and finally, in the third meeting, we carried out an activity inspired by the Theatre of the Oppressed, reproducing a scene of approach and reception in Harm Reduction. The analytical exercise resulted in three axes of analysis: 1) repertoires on Harm Reduction, 2) care as a foundation for harm reduction and 3) transphobia at the crossroads of gender and health. Our analyses reveal the silences that permeate dialogues about transphobia, even in a field that promotes human rights, as Harm Reduction is defined. The people interviewed showed a technical ability to understand the principles and guidelines of harm reduction, which is seen as an important health promotion technology. In their narratives, we identified Harm Reduction as a way of surviving. At the same time, the strategies for this survival are at a crossroads that shape the travesti ethics. At this crossroads, historically based structural issues come to the fore. It is therefore necessary to understand health promotion as a technology of care that must understand and intervene on vulnerable bodies, in a particular way and associated with the conditions that make them vulnerable, including recognising that employability (or the lack of work) is still an obstacle, a barrier, a condition for the full development of the health of the trans population in our country.

Keywords: transgenerity; travestis; transsexuality; transphobia; harm reduction; care; transgender epistemology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Matéria jornalística da Folha de S. Paulo	32
Figura 2 –	Mandala de Prevenção Combinada	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Trechos sobre Redução de Danos	48
Quadro 2 –	Trechos sobre Redução de Danos e cuidados relacionados à ISTs	50
Quadro 3 –	Trechos sobre cuidado e construção de vínculo	52
Quadro 4 –	Trechos sobre cuidado e construção de vínculo (complementar)	53
Quadro 5 –	Trechos sobre uso de drogas e acolhimento	55
Quadro 6 –	Trechos sobre estratégias de RD e promoção de cuidado	56
Quadro 7 –	Trechos sobre transfobia	58
Quadro 8 –	Trechos sobre transfobia (complementar)	60
Quadro 9 –	Trechos sobre repercussões da transfobia	61
Quadro 10 –	Trechos sobre repercussões da transfobia no âmbito do trabalho	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS ad	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CRAUD	Centro de Referência e Acolhimento aos Usuários de Drogas
CAUD	Centro de Atendimento aos Usuários de Drogas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
HIV/AIDS	Vírus da imunodeficiência humana/ Síndrome da imunodeficiência adquirida
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgêneras/transexuais
PEP	Profilaxia Pós-Exposição ao HIV
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição ao HIV
ProJovem	Programa Nacional de inclusão de Jovens
RD	Redução de Danos
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: A ENCRUZILHADA, MEU PONTO DE PARTIDA	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	TRANSFOBIA TAMBÉM É HERANÇA COLONIAL	16
2.2	CISLÊNCIA & TRANSEPISTEMICÍDIO	18
2.3	INVESTIGAÇÃO EM PAJUBÁ	21
2.4	A RIQUEZA DA EPISTEMOLOGIA TRAVESTI	23
2.5	TECNOLOGIAS E ÉTICAS DE CUIDADO EM SAÚDE PARA TRAVESTIS	27
2.6	TRAVESTIS, AIDS & POLÍCIA	32
2.7	BRENDA LEE E O PALÁCIO DAS PRINCESAS	33
2.8	REDUÇÃO DE DANOS, AS TRAVESTIS E O SUS	36
2.9	REDUÇÃO DE DANOS EM PERNAMBUCO	38
3	METODOLOGIA	41
3.1	O PROCESSO DE ARTESANIA DO FAZER PESQUISA PELAS LENTES DO CONSTRUCIONISMO	42
3.2	ENTRE LINHAS, CURVAS E ENCRUZILHADAS	44
4	COSTURANDO SENTIDOS SOBRE REDUÇÃO DE DANOS, CUIDADO E TRANSFOBIA	48
4.1	ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS POR PESSOAS TRANS E TRAVESTIS	48
4.2	CUIDADO, ACOLHIMENTO E CONSTRUÇÃO DE VÍNCULO NA PERSPECTIVA DA REDUÇÃO DE DANOS	51
4.3	COMPREENSÕES SOBRE TRANSFOBIA POR PESSOAS TRANS E TRAVESTIS	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	74

1 INTRODUÇÃO: A ENCRUZILHADA, MEU PONTO DE PARTIDA

Eu determino que termine aqui e agora.
 Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo.
 Determino que termine em nós e desate.
 E que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra elas.
 Que tenham outros problemas e encontrem novas soluções.
 E que eu possa viver nelas, através delas e em suas memórias
 (LINN DA QUEBRADA, 2019)

Esse texto apresenta o percurso e parte da aprendizagem resultante da realização da minha pesquisa de mestrado na interface com minha experiência pessoal, sendo eu uma pesquisadora travesti que atua no campo da Redução de Danos desde 2018, e usuária de drogas. Trago aqui provocações que recebi do campo das drogas e também os ruídos que as corpos trans e travestis provocam. Ruídos esses que estiveram no centro da minha atenção, não só do ponto de vista intelectual, do plano das ideias, mas sim pelos atravessamentos em minha vida pessoal. Apresentarei discussões nesse primeiro momento, em diálogo com outras pensadoras travestis, assim como epistemologias de pensadoras negras, para costurar a importância de onde me proponho a falar, uma visão transfeminista e interseccional.

O transfeminismo é uma abordagem do feminismo que se concentra nas experiências, desafios e lutas específicas das pessoas transgênero. Busca analisar as interseções entre identidade de gênero, expressão de gênero e as estruturas patriarcais, ampliando o escopo do feminismo para incluir as experiências singulares de pessoas trans. Jaqueline Gomes de Jesus (2013; 2019), Sara York (2020), Sofia Favero (2020a; 2020b) e outras intelectuais trans têm contribuído para a teorização transfeminista, elaborando, desenvolvendo e deslocando questões que tratam sobre inclusão, direitos humanos, saúde, sexualidade e representação, com o objetivo de criar um movimento mais abrangente e revolucionário, em relação às diversas experiências de rompimento com as estruturas de gênero.

Minha investigação atual em Redução de Danos, me dá a compreensão de que estou dando foco a uma realidade que a nossa sociedade ignora, que a academia pouco conhece e que por muitas vezes me vulnerabilizou a ponto de me sufocar. Proponho uma reflexão crítica e situada sobre a existência dos corpos trans e travestis dentro do debate de drogas e, particularmente, nas estratégias políticas de acolhimento e cuidado para essas pessoas.

No texto citado por Céu Cavalcante et al (2018) afirmam que a violência transfóbica produz nas subjetividades das travestis níveis de aceitação do lugar da subalternidade. Ela argumenta que as constantes violências provocadas pelo estado, pela família, pela educação, naturalizam, na consciência das travestis, a subalternidade e a violência como naturais e intrínsecas à vivência em sociedade. Sofia Favero (2020a), por sua vez, traz em seu texto “Por

uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”, a importância do saber situado e localizado que a experiência das travestis é capaz de produzir em contato com o mundo, causando rupturas no nosso modo de pensar e produzir ciência.

Na busca de caminhos e ferramentas, Soares e Machado (2017) relatam como a escrevivência marca uma posição e uma dimensão ética. Inspiradas em Conceição Evaristo, que trata da experiência da mulher negra, elas advogam a necessidade de assumirmos nosso lugar de enunciação: de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativas e vozes, a história de um “nós” compartilhado. Lélia Gonzalez escreve em “O lugar da Mulher” (GONZALES, 1982), uma importante análise sobre a presença das mulheres negras dentro do feminismo. Em seu texto-denúncia, Lélia faz uma profunda crítica à ideia do sujeito universal mulher, radicalizando a afirmativa de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher. Torna-se!”. Se para Simone de Beauvoir (1980, p. 9) “[n]enhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”, para Lélia, a relação entre corpo e cultura, precisa ser compreendida a partir de uma profunda leitura sobre processos históricos, políticos e econômicos que conformam modos de subjetivação em nossa cultura.

Assim, dando importância apenas às categorias gênero e classe, os estudos sobre mulheres brasileiras contribuem para a naturalização das desigualdades raciais. Para Gonzalez, as mulheres negras são vítimas de uma tripla opressão: de raça, gênero e classe social. O feminismo negro evoca a compreensão que traz a intersecção de uma gama de opressões, que se tornam essenciais para a compreensão das vozes das mulheres negras.

Inspirada nessas provocações de Lélia, quero aqui evocar também a potência das escritas desse corpo que se apresenta como pesquisadora, que também foi e é constantemente visto e tratado como abjeto, e que, por existir e persistir, escapa às armadilhas que buscam definir e delimitar, de forma binária, masculino e feminino; que muitas vezes não é visto sequer como “o outro”, pois é desprovido de humanidade; por movimentos que se atualizam cotidianamente, que impõe sobre meu corpo a desumanização do meu gênero. A produção científica e a escrita dessas experiências também podem desvelar e produzir potências epistemológicas revolucionárias.

A esse respeito, Sofia Favero (2020a, 2020b) traz uma importante reflexão ao expressar que também fica apreensiva, como se fosse “menos” pesquisadora, ao utilizar a si própria como recurso. Em muitos momentos, vejo-me na mesma reflexão. Entretanto, ela mesma dialoga com Conceição Evaristo (2007) para pensar que a escrita pode ser resistência, vingança e reparação, que a escrita pode ser uma escrevivência, e que a escrita pode ser solidária, mas não para assegurar uma suposta simetria com as mulheres negras, uma vez que a escrevivência em seu *et*

hos é um instrumento racializado, mas para pensar que existem pontos de vista que deixam “pistas” ao longo de um texto. Seria esse o caso das travestis brasileiras? Se a vivência é uma sujeira acadêmica, decido deixar uma mancha em meus escritos (FAVERO, 2022).

Mas, para além de mulher, travesti, branca, nascida no sudeste do Brasil, minha posição como usuária de drogas e como redutora de danos também tem um lugar especial na experiência de pós-graduação e na escrita dessa dissertação. Essas experiências geraram muito conhecimento, mas também muitas questões sobre conceitos, práticas e fundamentos, assim também como o desejo de dar visibilidade às narrativas que poucas vezes acessei por meio de leituras e de discussões no contexto acadêmico. Desse modo, essa dissertação se inscreve como um projeto político-acadêmico de produção de conhecimento científico, que tem como objetivo geral explorar narrativas sobre estratégias de Redução de Danos desenvolvidas por pessoas trans e travestis que atuam neste campo, investigando suas compreensões sobre Redução de Danos, cuidado e transfobia, de modo a dar visibilidade às experiências invisibilizadas, assim ampliando o conhecimento sobre o tema e contribuindo para a consolidação e expansão deste campo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, faço uma breve apreciação sobre como os corpos trans e travestis são, desde sempre, colonizados pelo Estado e como a Redução de Danos se apresenta como alternativa de resistência com vistas à promoção de saúde e de direitos para esta população.

2.1 TRANSFOBIA TAMBÉM É HERANÇA COLONIAL

A Redução de Danos no Brasil se desenvolve, de forma mais vigorosa, durante a expansão da epidemia de HIV/AIDS e das hepatites virais. De fato, como destaca Nêmara Vianna (2022), é a partir dessa epidemia que o processo de trabalho com RD se tornou mais urgente, especialmente a partir da estratégia de formação e de trabalho em pares, que se configurou como tecnologia importante na ampliação da Redução de Danos.

No artigo “Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização”, Céu Cavalcanti, Pedro Paulo Bicalho e Roberta Barbosa (2018) apontam que, durante a ditadura militar no Brasil, houve uma ação da polícia militar então divulgada em nota como uma forma de combate a AIDS através da prisão e da perseguição de travestis. Mas essa ação resultou não só em perseguição e aprisionamento, mas também em assassinato. Naquela época, o simples ato de ir comprar pão no mercado era objeto de preocupação, um momento de perigo se você fosse travesti. A polícia tinha (e ainda tem) o poder de abordar e prender a pessoa, só pelo fato de ser travesti.

É exatamente esse tipo de violência estrutural e institucionalizada, material e simbolicamente, que (re)produz e imprime nas subjetividades travestis o lugar de subalternidade. As constantes violências provocadas pelo Estado, pela família, pelas instituições de educação, saúde e segurança (entre tantas), que naturalizam na consciência das travestis a subalternidade e a violência como naturais e intrínsecas à (con)vivência em sociedade.

Mas esses processos que conformam a abjeção às corpos que escapam à cisgeneridade e à heterossexualidade compulsória existem desde sempre. A exclusão e assassinato de pessoas trans e travestis é algo naturalizado e se expressa de diferentes formas: não vemos pessoas trans e travestis trabalhando no mercado de trabalho formal, raras vezes vemos essas corpos debatendo cultura, economia ou política em espaços públicos privilegiados, ou disputando

eleições; notadamente, quando o fazem é como fruto de muita resistência, pois elas são constantemente ameaçadas.

Como nos alerta Jaqueline Gomes de Jesus (2019), essa abjeção está nas raízes na formação do povo brasileiro, na colonização. Segundo ela, na capital do país, por volta de 1591, havia uma africana do Congo escravizada e vendida a um sapateiro: Xica Manicongo. Ela foi denunciada à Igreja e acusada do crime de sodomia. Xica, para continuar viva, abriu mão de se vestir como lhe convinha e adotou o estilo de vestimenta tradicional para os homens da época.

Temos um caso registrado mais antigo ainda que o de Xica. Na matéria “O índio executado a tiro de canhão tido como 'primeiro mártir da homofobia no Brasil’”, Edson Veiga (2020) mostra como o primeiro assassinato de um corpo LGBTQIA+ que temos registro no Brasil aconteceu associado ao processo de extermínio da população indígena, quando, em 1614, um indígena tupinambá foi executado, com a anuência de religiosos da Igreja Católica em missão no Brasil, por não corresponder às normas de sexualidade e gênero que a igreja legitimava. Conhecido como “Tibira do Maranhão”¹, seu caso é o primeiro registro de morte por homofobia no Brasil.

Como Jaqueline insiste (2019), para termos consciência de quem somos, precisamos de memória, do conhecimento de nossa história, de onde viemos, das lutas nas quais nosso povo lutou e nas quais morreu para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais gozamos hoje. Assim desenho esse cenário (Tr)an(s)cestral da nossa colonização para destacar como o genocídio indígena, a escravidão da população africana e a criminalização e a perseguição das sexualidades e expressões de gênero marginais, estiveram presentes desde o início do que hoje chamamos de Brasil.

Assim explícito como o racismo no Brasil é uma herança da escravidão do povo africano e as circunstâncias em que a população LGBTIA+ vive hoje também foi imputada e mantida através desse processo colonizatório e de dominação. Nas bases das tecnologias do (re)processo de colonização e colonialidade, de escravização e de segregação, estão o processo de desumanização que se articula, interseccionalmente, com gênero, sexualidade e origem, resultando na desumanização dos/as sujeitos/as trans.

Contudo, esses processos nem sempre são perceptíveis. Se expressam também na sombra, na curva, na dobra, nos silenciamentos e no não reconhecimento de modos de saber-fazer que não se enquadram em normatividades absolutas.

¹ Tibira é um termo utilizado por indígenas para se referir a um homossexual.

2.2 CISLÊNCIA & TRANSEPISTEMICÍDIO

Nesta seção, quero refletir sobre algo que acontece de forma sigilosa, quase imperceptível, pois ela se manifesta pela ausência, pelo silêncio. Como já dizia Martin Luther King, mais assustador que o barulho dos maus é o silêncio das pessoas boas. Na intenção de ser provocadora e também de nomear esse silêncio, falo neste capítulo sobre o silêncio que pessoas cisgênero produzem. Assim, propus-me a brincar com as palavras “Cis” e “Silêncio”, nomeando esse mecanismo com o neologismo “cislência”.

Brenda Lee – travesti pernambucana nascida na cidade de Bodocó, em 1948, que migrou para São Paulo na década de 1980 – foi pioneira no enfrentamento da epidemia da AIDS no Brasil, atuando bem antes das políticas e práticas de Redução de Danos baseadas na distribuição gratuita de seringas entre usuários/as de droga, como forma de evitar a transmissão do HIV. Mesmo com seu pioneirismo, ainda assim não conhecemos ou ouvimos falar da história dela, dentro do debate sobre o avanço ao combate da epidemia do HIV/AIDS (DERING; JUBÉ; JANUÁRIO, 2021).

Em 1984, por exemplo, o Palácio das Princesas, casa de acolhimento para pessoas vivendo com HIV, em São Paulo, criada por Brenda Lee, já era um exemplo de política de atenção e cuidado às travestis que viviam com HIV. Foi a primeira vez que uma travesti e o Estado deram as mãos mas, obviamente, não sem atritos. Geralmente, as narrativas oficiais apresentam as travestis como alvo dessas políticas, alvo da salvação da sociedade civil.

Megg Rayara Oliveira (2023) argumenta que este que este silêncio (ou cislência) é um transmissor da nossa evasão de diferentes espaços, e que ela se dá também pela negação da nossa existência. Ninguém vai chegar para uma pessoa trans (a não ser em casos extremos de violência) e dizer que quer que ela se retire, mas haverá vários sinais e comportamentos que irão comunicar que a presença de uma pessoa trans ou travesti não é bem vinda ali.

Megg Rayara demonstra que não estamos citadas nas atividades educacionais, nas políticas públicas, ou nos livros didáticos, e que quando adentramos a universidade o silêncio (cislência) sobre nossa existência segue sendo perpetuado também dentro da construção da ciência. A recorrência desse cislência é o que denuncia a anulação de nossa existência nesses espaços. Ainda segundo a autora, o cislência que é produzido na educação sobre pessoas negras e pessoas trans (sejam brancas ou negras) está ligado à criação do sujeito epistemológico: nomear a negritude e a transgeneridade dos sujeitos cria um sujeito epistêmico que, por sua vez, produz o assujeitamento que reproduz violências contra essas populações (que são nomeadas). Por isso Megg escancara a importância de se nomear a cisgeneridade e a branquitude dentro dos

estudos, como forma de virar esse sujeito epistêmico, tornar aquele que é a norma analítica, como também passível de análise.

Assim, a cisgeneridade pode ser entendida como a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” à elas (SIMAKAWA *apud* OLIVEIRA, 2023, p. 164). A construção do conceito de cisgeneridade é, em si, parte do exercício de nomeação que vai quebrar a cisgeneridade como a norma analítica. Já a branquitude, segundo Lia Schucman (2012), é um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade não é nomeada e manifesta-se através do silêncio e da negação. Inclusive ela destaca que a branquitude se manifesta nos privilégios sociais, sobre como o ponto de vista das pessoas brancas é visto como norma, aquele que é universal e por isso mais legítimo.

Nos artigos de Megg Rayara Oliveira (2023) e de Sara York, Megg Rayara de Oliveira e Bruna Benevides (2020) apontam que uma das formas de assujeitamento contra pessoas trans e travestis na ciência é o transepistemicídio, ou seja, o apagamento dos saberes e conhecimentos da população trans e travesti. As autoras demonstram que as pesquisas e estudos sobre os corpos trans e travestis colocam as nossas vivências no lugar da marginalidade, dando maior enfoque à vulnerabilidade e tornando a sujeita trans destituída de voz e conhecimento.

Somado a isso, Megg Rayara (2023) destaca duas formas como o cislêncio se operacionaliza, reforçando e atualizando a transfobia e o racismo. Um é o silêncio sobre a cisgeneridade e a branquitude, que atuam para estabelecer o homem branco cisgênero heterossexual como norma de humanidade - e de objetividade nas ciências - e a segunda é a negação da existência plena de travestis e mulheres transexuais, que provoca a invisibilidade e a sub-representação delas no espaço acadêmico. Esses mecanismos servem para manter as pessoas trans e travestis subalternizadas como sujeitos destituídos de conhecimento e alvo da iluminação do pesquisador homem-branco-cisgênero e de sua ciência normativa.

É importante entender como o epistemicídio fez com que o conhecimento produzido por travestis fosse alienado do seu lugar e do corpo que o produziu. Demétrio e Bensusan (2019) também apresentam importantes contribuições para o debate sobre direitos epistêmicos. Para os autores, o saber epistêmico é o conhecimento produzido em um determinado lugar por um determinado grupo de humanos ou não humanos – pois até mesmo os lugares e paisagens emitem seus saberes criados com o tempo. Eles afirmam que o saber e a produção de conhecimento só são possíveis em um lugar através das pessoas que vivenciam e pensam sobre a realidade que ali se constrói. Com isso, eu quero dizer que o saber de Brenda Lee só foi possível de ser construído a partir de quem ela era e de onde ela se situava: travesti, prostituta e

“anja da guarda das travestis” e do território que habitava. Só a partir de todas as experiências que atravessaram seu corpo ela pôde pensar e construir o Palácio das Princesas.

Historicamente e socialmente, as corpos trans e travestis não são considerados capazes de exercício epistêmico e, segundo Demétrio e Bensusan (2019), tampouco de se configurarem como uma autoridade epistêmica ou potência inteligível, afinal são percebidas como outra possibilidade de gênero que é diferente da cisheteronormatividade, daquilo que é historicamente construído como normalidade/norma, assim vistas como sujeitos inferiores, que devem ser nomeados.

Por conta de serem distanciadas do modelo binário (centrado na dualidade mulher-vagina e homem-pênis, conhecido pelo modelo chamado de dimorfismo sexual), essas identidades trans foram isoladas socialmente através do estigma de uma identidade sociomoral (consideradas exóticas, anormais, monstruosas), marcadas também por violências, violações e extrema vulnerabilidade social, além do cislenciamento epistêmicos.

O que justifica essa vulnerabilidade e cislenciamento epistêmicos segundo os autores, está na legitimidade epistêmica acerca das trans identidades e travestilidades, em especial, nos campos de conhecimentos como da medicina e do direito, assim como da religião, que estiveram atrelados à uma noção “patopsicomoralizante”, marcados pela colonialidade do ser, do saber e do poder, e que definem o que é patológico na moral e nas ciências psi. As existências, que se manifestou na nomeação da transexualidade como uma doença mental até a segunda década do século 21 (BENTO; PELÚCIO, 2012), e, portanto, de subjugação e desqualificação das epistemologias trans.

Demétrio e Bensusan (2019) evidenciam que essa violência epistêmica rouba de nós, as travestis, até o conhecimento sobre nós mesmas e sobre nossos gêneros e argumentam que há uma instrumentalização da violência epistêmica que a academia produz ao retirar essa noção do local geográfico que o saber é produzido. Em nome de se nomear qual a epistemologia é digna na ciência, outras epistemologias são diminuídas ou anuladas. Para os cientistas terem razão, Brenda Lee precisa ter seu conhecimento diminuído. Sua epistemologia é menor e só será válida se um pesquisador a escrever e publicá-la, do contrário o que Brenda Lee sabe não pode ser considerado como digno.

Assim, podemos compreender outras camadas da transfobia que se encontram em uma estrutura social que se manifesta e se replica através do cislêncio e do transepistemicídio. Falar sobre o saber das travestis e tornar Brenda Lee uma figura importante a ser nomeada no que fazemos hoje é fundamental, é uma postura ética e uma virada no olhar da forma que construímos a história, isso é fundamental para a progressão e continuidade de uma política

pública que nasceu das estratégias e articulações populares e só depois foram ser conhecidas nas cadeiras das universidades desse país. O Brasil é referência mundial na política de HIV/AIDS e esse saber foi possível porque corpos e saberes das travestis estiveram presentes nessa construção desde a base.

Viva a memória de Brenda Lee, nossa ancestral que tornou o presente possível!

2.3 INVESTIGAÇÃO EM PAJUBÁ

Minha investigação sobre o tema perpassa também minha própria trajetória. Como psicóloga e mestrande, trago em meu corpo as identidades de travesti e de usuária de drogas, características que, no imaginário social, muitas vezes são consideradas como "antagônicas". Existe uma narrativa arraigada na sociedade que sugere que ser travesti ou fazer uso de substâncias psicoativas me desqualificariam para exercer a profissão de psicóloga, ser responsável e ser reconhecida como uma potência intelectual na sociedade. Por algum tempo, eu mesma internalizei essa falsa ideia.

Desde a adolescência participei ativamente de projetos de impacto social. Inicialmente, envolvi-me em iniciativas da igreja que frequentava, mas foi nesse ambiente que me deparei com estruturas marcadas pela LGBTIfobia, resultando na minha expulsão. Aos 20 anos, encontrei um novo espaço ao me envolver com um grupo de jovens LGBTIs, denominado Projeto Purpurina, onde, em pouco tempo, tornei-me uma das jovens coordenadoras.

No âmbito desse projeto, promovemos rodas de conversa e cine-debates abordando questões sociais pertinentes à comunidade LGBTI. Ao lado de minha grande amiga de adolescência, Lívia Soares (hoje reconhecida como a primeira Consultora Canábica travesti e negra no Brasil), assumimos o papel de coordenadoras. Naquela época, éramos as únicas pessoas trans a ocupar essa posição e, devido ao fato de sermos usuárias de maconha e de eu expressar críticas à noção de família tradicional, fomos convidadas a nos retirar do projeto. Alegavam que não éramos uma boa imagem para os demais jovens LGBTIs.

A experiência de ser excluída do Projeto Purpurina impulsionou meu engajamento no debate público sobre drogas, levando-me a participar ativamente da construção da Marcha da Maconha em São Paulo. Este processo evidenciou uma lacuna no Movimento LGBTI, que, ao lidar com travestis e usuárias de drogas, tende a marginalizar pela questão das drogas, enquanto os movimentos sociais e espaços de cuidado para usuários de drogas marginalizam as travestis.

Essa encruzilhada revelou-se como um espaço de escasso debate e ações contra a transfobia. Nessa encruzilhada, encontrei a Redução de Danos.

Ao empregar o termo "encruzilhada", faço uma analogia às ruas que se entrecruzam, oferecendo diferentes caminhos que, eventualmente, convergem. Nessa convergência, conheci a Redução de Danos por meio dos estudos. Conforme Nêmara Araujo Vianna (2022) destaca, a Redução de Danos é uma estratégia de cuidado ao usuário de drogas fundamentada nos direitos humanos, não exigindo abstinência para prover assistência. No contexto brasileiro, essa abordagem ganhou destaque durante a epidemia de HIV/AIDS nas décadas de 80 e 90.

No porto de Santos, chega uma estratégia de troca de seringas, visando evitar o compartilhamento entre usuários de drogas injetáveis, essa prática reduziu a contaminação por HIV entre esse grupo, aproximando o debate de saúde e cuidado para populações marginalizadas. A Redução de Danos, segundo Vianna, se desenvolveu na encruzilhada do debate público sobre a redemocratização do país e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), pautados na universalidade, integralidade, equidade, autonomia e direito à informação (BRASIL, 1990).

Ainda segundo a autora, a Redução de Danos incorpora também os princípios da diversidade, da tolerância e do respeito à liberdade de escolha. Ela se nutre da encruzilhada que abriga travestis, drogas, prostitutas e pessoas em situação de rua, construindo seu conhecimento a partir dessas experiências. O princípio da autonomia e do cuidado entre pares permitiu a inclusão de travestis que se prostituem, população de rua e prostitutas no debate e execução das estratégias de Redução de Danos.

Ao abordar a Redução de Danos, é fundamental considerar a perspectiva antropológica, especialmente ao refletir sobre a vida e história dos usuários de drogas. No contexto da população trans e travesti, essa reflexão torna-se ainda mais crucial, pois a transfobia agrava o ciclo de violência que enfrentam, inclusive no uso de drogas.

Historicamente estigmatizada, marginalizada e perseguida, a população transgênero enfrenta desafios significativos, como destacado por Jesus (2013). A transfobia permeia o cotidiano dessas pessoas, refletindo-se em preconceito, desrespeito aos direitos fundamentais e diversas formas de violência, incluindo ameaças físicas e homicídios.

A pesquisadora também compartilha dados do projeto "Transrespect versus Transphobia Worldwide" (TvT), indicando que o Brasil lidera os índices de assassinatos de pessoas transexuais no mundo. Essa triste realidade evidencia a urgência de adotar uma ética pajubá, conceito proposto por Sofia Favero (2020b, 2020a), que aqui tomo a liberdade de chamar de ética travesti, como forma de dar uma potência de resistência política e cultural, no

campo da saúde que as travestis, com Brenda Lee, representam historicamente dentro da comunidade Redução de Danos no Brasil. A ética travesti implica em questionar de forma inovadora, reconhecendo a importância de relações conscientes diante das repercussões da transfobia em diferentes âmbitos, como direito, psicologia e na saúde pública.

Ao reivindicar uma postura ética diante das violências cotidianas enfrentadas pelas travestis, não busco expor suas feridas como espetáculo de entretenimento. Pelo contrário, trago essas experiências para ressaltar a importância de uma ética direcionada à sensibilidade para com essas corpos, reconhecendo suas subjetividades e legitimando suas vozes como protagonistas de suas histórias.

O olhar sobre as travestis como usuárias de drogas se entrelaça intimamente com minha própria jornada. Além de psicóloga e mestranda, sou travesti e usuária de drogas, identidades que, por muito tempo, acreditei que me impediriam de ser cidadã e dificultariam minha atuação profissional. A invisibilidade social imposta a essas identidades contribui para relegar as pessoas trans e travestis à base da pirâmide social. É relevante destacar que esta pesquisa não apenas reflete meu engajamento profissional, mas ela também tem um impacto profundo em minha subjetividade. A Redução de Danos não foi apenas uma área de estudo para mim, foi um salva vidas pessoal e profissional. Pela ótica da ética pajubá proposta por Favero, busco transformar não apenas o discurso, mas a realidade das travestis, reconhecendo-as não apenas como alvos, mas como construtoras de saberes valiosos que impulsionaram eficazmente a Redução de Danos no Brasil.

2.4 A RIQUEZA DA EPISTEMOLOGIA TRAVESTI

No Brasil, travestis e mulheres trans têm sido objeto de estudo por antropólogos, psicólogos, cientistas sociais e médicos há mais de três décadas (FAVERO, 2020a). Durante os anos 1990, diversos trabalhos destacaram a condição precária dessas pessoas quando, por exemplo, estudaram os contextos culturais e econômicos relacionados à prostituição na Lapa (RJ) e no Pelourinho (BA). A virada dos anos 2000 testemunhou uma nova onda de pesquisadores, marcando a transição do campo anteriormente denominado "travestilidade" para os "estudos trans" ou "questões trans" (Favero, 2020, p. 3). O trabalho de Sofia faz um resgate histórico da trajetória da presença das travestis na academia até chegar em sua própria pesquisa, destacando a responsabilidade ética que carregava como pesquisadora travesti em um ambiente de estudo de gênero dentro de uma instituição cristã.

A pesquisadora compartilha experiências pessoais, incluindo seu estágio em uma instituição católica, onde o receio de ser percebida como travesti gerava tensões e silêncio. Os alunos, ao identificarem sua identidade de gênero, recorriam ao riso como forma de violência. O relatório resultante, embora produzido em meio ao silêncio, revelou a análise das situações vivenciadas pela pesquisadora proporcionando uma visão única e imprescindível. Mais para frente faço a reflexão sobre esse silêncio que Sofia aponta.

A autora destaca que é na relação entre a travestilidade e a cisgeneridade que se produz a violência transfóbica, argumentando que essa dinâmica complexa só pode ser compreendida na interseção dessas identidades. A ética pajubá, proposta por Sofia Favero busca analisar essa cena na relação, reconhecendo que a afirmação isolada, apesar de atrativa, pode resultar em uma realidade política frágil. Embora “local de fala” como conceito possa servir para visibilizar alguns mecanismos de violência, ele não deve ser a “reprodução e transmissão de um conhecimento ao qual se chegou pela experiência, mas sim a análise da produção desse conhecimento” (SCOTT apud FAVERO, p. 20, 2020b).

A partir das minhas leituras sobre o que Sofia está propondo, fiquei muito reflexiva sobre o meu lugar de pesquisadora e de produtora de conhecimento, não como se o fato isolado de eu também ser travesti me desse algum “super poder” e eu entendesse coisas que as outras pessoas não compreendem, mas é que o fato de eu ser uma travesti está exposto no meu corpo e grita antes mesmo de eu falar e esse lugar produz em mim percepções e reflexões que não chegam da mesma forma para a maioria dos outros pesquisadores.

Sara York et al (2020) em seu manifesto travesti insurgente, traz elementos importantes sobre a presença e a existência de pessoas trans e travestis em espaço de disputa intelectual. Elas falam sobre a academia, confrontando as epistemologias iniciais sobre a forma que enxergavam e postulavam o lugar da travesti. Importante que como elas mesmas nomeiam, a palavra travesti, embora tenha outros significados na nossa sociedade, para nós, as travestis, é uma palavra que remete a nossa cultura e identidade, baseada na resistência em um mundo tão transfóbico. Assim, as autoras explicitam que nos espaços de disputa intelectual, existem palavras que evocam a supressão da voz da travesti, antes mesmo que ela possa abrir a boca. Elas citam que as pessoas trans e travestis quando falam de suas experiências são apontadas de vitimismo, coitadismo e denunciismo na atualidade. Tais palavras criam um muro na escuta da voz travesti, sendo uma das faces da operação da transfobia.

De uma perspectiva pessoal, para refletir sobre minha própria militância antiproibicionista, eu como pesquisadora destaco o desafio de me posicionar como travesti, psicóloga e redutora de danos. Tenho enfrentado resistência em espaços de acolhimento para

usuários de drogas. Em alguns momentos, em conversas sobre transfobia, vejo acusações de vitimismo e coitadismo, o que demonstra a resistência que ainda existe em relação à permanência de pessoas trans e travestis nesses ambientes.

Aspectos como transepitemicídio, vitimização, estereótipos binários de gênero, precarização subalterna, a invisibilidade e a falta de responsabilização por denúncias de transfobia são pontos importantes a serem refletidos. Destaco a importância de legitimar e escutar a epistemologia travesti e trans como uma forma de sabedoria, como uma tecnologia social. O desafio reside na superação de barreiras para legitimar esse conhecimento e enfrentar situações que suprimem as vozes travestis e trans. Em suas conclusões, Sara York et al (2020) reforçam a necessidade de reconhecimento e ação para solidificar a compreensão da sabedoria trans, enfrentando práticas que impedem a expressão autêntica dessas experiências.

Novamente, de forma pessoal, me identifico com questões trazidas pelas autoras, quando falam do espaço da disputa intelectual as travestis se encontram e, por isso, faço o convite de reflexão do quanto essas mesmas situações se reproduzem quando as travestis e pessoas trans estão em coletivos, projetos ou até políticas públicas focadas na Redução de Danos. As violências elencadas pelas autoras são as seguintes:

Primeiramente, mas sem uma ordem hierárquica, o transepitemicídio, ou seja, o assassinato das epistemologias/sabedorias trans. Por exemplo, as pesquisas iniciais sobre a existência das travestis, nos mapeavam e olhavam nos bairros de periferia, boates, praças, pensões e territórios de prostituição, sem jamais nos olharem nos locais de produção de conhecimento, de reflexão ou de prestígio intelectual. **Em segundo lugar, as nomeações de vitimismo, coitadismo e denunciismo**, contra pessoas trans que denunciam violências, não permitindo que a violência seja escutada enquanto violência;

Em quarto lugar, a existência das **pessoas trans e travestis sendo postas como super-humanas ou sub-humanas** (deusas ou demônias). Além disso, se fala da experiência de sermos abjetas ou divas maravilhosas, mas jamais pessoas comuns e humanas, com potencialidade e limitações, como quaisquer outras pessoas. Em quinto lugar, o fato de **ocuparmos posições de destaque ao mesmo tempo em que nossas vidas são precarizadas e subalternizadas**. As autoras falam sobre como a mesma miss que ganha concurso, está desempregada e na prostituição, fortalecendo a visão cis-falica-sexista que olha de forma folclórica para a travesti que se prostitui. Sobre isso, há travestis que se destacam em trabalhos na Redução de Danos, mas têm dificuldade de se fixarem como trabalhadoras efetivas, fazendo com que sejamos sempre obrigadas a ter outros trabalhos para podermos nos manter dentro do debate da RD;

Em sexto lugar está o fato de que, na sociedade como um todo, **os equipamentos de denúncia e as tentativas de denúncia não funcionam e os números de mortes ganham pouca atenção na grande mídia**. É importante destacar que os assassinatos das travestis são sempre realizados com requintes de crueldade, onde a intenção não é apenas a de matar, mas de exterminar aquele corpo. Assim também vemos a dificuldade que alguns espaços de Redução de Danos têm em reconhecer quando são acusados de terem cometido transfobia, as pessoas trans e travestis sempre são colocadas a provas e precisam trazer elementos exaustivos da violência para comprovar que ela existiu e se a violência estiver no conteúdo invisível das ações, como nos gestos, nas atitudes, no tecido invisível das relações sociais, nas micro violências a pessoa trans ou travesti dificilmente será levada a sério. Afinal, assim como a sociedade não efetiva as denúncias, isso se reflete em lugares de disputa política também;

Em sétimo lugar, o **abandono de si mesma**, que as autoras definem como a dificuldade de se ter uma continuidade na vida social, pois existem barreiras sociais que impedem que travestis tenham cidadania e esses constantes impedimentos provocam um abandono por parte da sociedade, mas que também faz com que as travestis se abandonem em muitos momentos. Por fim cito uma das coisas mais difíceis que encontrei dentro de espaços políticos de Redução de Danos que trabalham no contexto de festas, que é o que (2020) Sara York, Megg Rayara e Bruna Benevides (2020) nomeiam como **denúncias que revitimizam**. Isso quer dizer que, além de denunciarmos a violência que sofremos, temos que ainda dar uma solução para a questão. Somos violentadas, chamadas de vitimistas e ainda por cima somos responsabilizadas para promover ações que combatam o preconceito que as pessoas cometem contra nossos corpos. Essa sem dúvida é uma das sensações de impotência que fazem com que a todo momento estejamos revivendo violências e traumas. Afinal se não criamos a transfobia, como que somos responsáveis, ainda, por sozinhas promovermos ações que mudem isso?

Sara York et al (2020) nos lembram que os corpos trans e travestis são enxadrezados no jogo da vida, onde somos colocadas como peças que ocupam lugares hierárquicos, através de um localizador binário de homem e mulher e nada mais, ou seja, quanto mais estereótipos que reforçam o gênero a pessoa tem, ou quanto mais parecida com uma pessoa cis ela for, mais respeito a nossa sociedade dará a esse corpo.

As autoras apontam ainda que nós, travestis e pessoas trans, conquistamos títulos e carreiras e só depois de ter nosso currículo feito somos aceitas, mas ainda em um lugar de sermos toleradas, pois nossos títulos não nos protegem da transfobia e muito menos nos levam pro lugar do prestígio social. Sara, Megg e Bruna ainda falam que as pessoas cis, quando se deparam com as violências destinadas ao corpo trans e travestis, ficam assustadas e como efeito

colateral disso passam a se afastar desses corpos, pois não suportam conviver perto dessa violência. Somos abandonadas politicamente pois as pessoas não se empenham em construir pontes pra além da dor e da violência que somos vítimas.

Por fim, quero dar destaque a importância que há em legitimar e escutar a epistemologia travesti e trans, podemos também chamar isso de sabedoria, quem sabe ainda podemos utilizar esse saber como tecnologia social. Já sabemos que o Brasil é um país transfóbico, mas temos a imensa dificuldade de nomear o que é essa transfobia. Existem barreiras para legitimar as epistemologias travesti. A intenção de discutir essas questões é tentar solidificar a compreensão de que as epistemologias trans e travestis para ser valorizada precisam vir acompanhadas de ações que enfrentam também situações e práticas que suprimem as vozes travestis e trans, romper com o silêncio é necessário, destacando que, embora nossos corpos sejam negados no campo da saúde, por outro lado nós somos alvo das políticas de IST/AIDS, mas nunca como protagonistas, estamos na prioridade nas pesquisas, mas jamais vistas nas propagandas focais ou cérebros pensantes.

2.5 TECNOLOGIAS E ÉTICAS DE CUIDADO EM SAÚDE PARA TRAVESTIS

Neste contexto proponho uma reflexão acerca da Redução de Danos enquanto uma tecnologia social criada e construída pelas pessoas em seus territórios, seja em relação ao uso de drogas ilícitas, quanto aos cuidados e prevenção às ISTs/HIV. É crucial explorar as metodologias que dão materialidade a essa abordagem, destacando a importância de considerar as reflexões sobre o cuidado. Essa análise deve ir além, perpassando por uma compreensão prática do trabalho e sendo embasada por uma teoria comprometida com a realidade social brasileira. Dessa forma, torna-se imprescindível refletir sobre as tecnologias de cuidado em saúde, entendendo como essas práticas se entrelaçam e impactam na promoção do bem-estar.

As tecnologias de cuidado aplicadas na abordagem da Redução de Danos exigem uma reflexão profunda sobre o conceito de cuidado na saúde. Nesse sentido, o ensaio *Novo Olhar sobre as Tecnologias de Saúde: uma Necessidade Contemporânea* de Merhy e Feuerwerker (2016) proporciona reflexões indispensáveis para a expansão de nossa compreensão sobre saúde e a intrincada micropolítica do cuidado. Merhy e Feuerwerker introduzem uma premissa essencial no campo da saúde afirmando que "cada caso é um caso". Essa premissa captura a singularidade inerente a cada situação de saúde, conduzindo uma análise do adoecimento específico que emerge através dos conhecimentos clínicos e científicos. Remonta à "medicina

do corpo de órgãos" do século XIX, moldando uma perspectiva sobre o sofrimento humano tanto na prática médica quanto na saúde pública.

Os autores sustentam que as iniciativas de saúde têm gradativamente perdido sua dimensão individual no cuidado, direcionando seu enfoque exclusivamente para o corpo biológico. Essa abordagem negligencia compreensões fundamentais construídas na produção da vida, incluindo o papel crucial do trabalho, tanto na tentativa de compreensão, quanto no enfrentamento das questões de saúde, pois ao se centralizar o trabalho do profissional na perspectiva do corpo biológico, observa-se um esvaziamento do interesse genuíno pelo outro, resultando em uma escuta empobrecida.

Diante desse empobrecimento na interação com o outro, centrado unicamente no corpo biológico, observa-se uma dinâmica relacional caracterizada por uma verticalidade hierárquica e unilateral, onde o médico fala e o paciente aceita. Nesse contexto, a ausência de uma abordagem mais cooperativa por parte da pessoa em tratamento/cuidado fica destacada. Torna-se evidente que a colaboração, essencial nessa relação, é automaticamente pressuposta pela iluminação do conhecimento técnico. No entanto, ao transpor essa premissa para a prática, constata-se uma dificuldade inerente à adesão terapêutica, especialmente em situações de casos crônicos.

Dessa maneira, Merhy e Feuerwerker apresentam uma abordagem inovadora à saúde, que se depara com os trabalhadores e as diversas demandas individuais e coletivas da sociedade. Torna-se crucial adotar uma perspectiva micropolítica, visto que fica latente a importância de concentrar a construção dos encontros e das individualidades nos atos de cuidado. Nesse sentido, surge a proposta de um novo olhar sobre as tecnologias de saúde, centrado em uma reflexão micropolítica do cuidado.

Com o intuito de aprimorar a compreensão sobre o trabalho humano, Merhy e Feuerwerker introduzem a perspectiva de marxista sobre o trabalho, considerando o trabalho “não apenas em sua dimensão operativa, entendida como uma mera atividade, mas como uma práxis que revela a intrincada relação entre sujeito e sociedade, em um processo de mútua produção” (MERHY; FEUERWERKER, 2016, p. 61).

A produção do trabalho implica numa construção mental das etapas que antecedem a ação de trabalhar, sendo esse processo anterior fundamental para conferir significado à atividade. As pessoas iniciam o trabalho a partir de um recorte pessoal do mundo que lhes é particularmente interessante, projetando-o nas atividades que compõem o processo de trabalho dedicado à fabricação do produto desejado. Os autores também ressaltam que a tecnologia vai além dos simples equipamentos e ferramentas utilizados na produção do trabalho, ela engloba

também o saber tecnológico, funcionando como um impulsionador e conferindo significado ao processo laboral.

Merhy e Feuerwerker explicam o que denominam de "trabalho vivo" em duas dimensões distintas. A primeira refere-se à atividade que visa construir um produto final, conectada à realização de uma finalidade específica para o produto - questionando sua utilidade, atendimento a necessidades e o "valor de uso". A segunda dimensão está intrinsecamente relacionada ao produtor do item, ou seja, ao trabalhador, abrangendo sua relação com o produto e, além disso, suas interações com colegas de trabalho e potenciais usuários do produto. Essas duas dimensões proporcionam uma compreensão abrangente do trabalho, percebendo-o como uma prática social e técnica, representando um ato produtivo que engloba tanto a criação de objetos quanto a interação com as pessoas envolvidas no processo.

Dessa forma, segundo a visão de Merhy e Feuerwerker (2016) as práticas de saúde são consideradas atos produtivos, já que toda atividade humana, em sua essência, resulta em modificações e na criação de inovações. Compreendemos, assim, que o trabalho possui uma intencionalidade específica, que é a de provocar um impacto ao alterar o estado das condições já estabelecidas como necessidades. Portanto, essas práticas não apenas são orientadas pelo conhecimento científico, mas também são moldadas por uma finalidade social intrínseca, enraizada na história e, portanto, constantemente construída ao longo do tempo.

O trabalho na área da saúde assume um compromisso tanto com as necessidades sociais quanto com as demandas do usuário direto. Este último possui a necessidade de recorrer a intervenções de saúde, essenciais para assegurar sua sobrevivência e proporcionar autonomia para conduzir sua própria vida (MERHY; FEUERWERKER, 2016, p. 63).

Dessa maneira, o trabalho vivo, os instrumentos utilizados e a organização do processo laboral são categorizados como trabalho morto, uma vez que representam o produto de uma atividade viva precedente. É crucial compreender que a prática na área da saúde resulta do encontro entre o trabalho e o usuário, tendo o trabalho vivo em ação como seu epicentro. Trata-se de um processo produtivo permeado por elevados níveis de incerteza e caracterizado pela influência territorial dos protagonistas em cena, durante o ato intercessor do agir em saúde (MERHY, 1997).

Podemos, portanto, compreender que no momento do encontro entre o usuário do serviço de saúde e o profissional, ocorre a utilização do que os autores denominam como "caixas de ferramentas tecnológicas" para trazer uma compreensão metodológica para fundamentar a prática em Redução de Danos. Nesse contexto, as ferramentas tecnológicas referem-se aos conhecimentos que conferem significado a ação, levando em consideração tanto a posição

ocupada pelo profissional quanto os objetivos almejados. Essas ferramentas tecnológicas consistem em conhecimentos e suas ramificações, tanto materiais quanto imateriais, conforme delineado por Merhy e Feuerwerker (2016) - saberes que possuem relevância, mas que variam de acordo com a posição ocupada pelo profissional e os objetivos almejados.

Os autores categorizam essas caixas de ferramentas em três grupos distintos: a primeira associada à teoria e aos procedimentos (abrangendo diagnósticos e métodos terapêuticos), a segunda caixa está vinculada aos saberes (as epistemologias), enquanto a terceira está ligada à relação interpessoal entre o profissional e o usuário, sendo que a dimensão micropolítica do cuidado está nessa terceira caixa. Cada uma dessas caixas de ferramentas expressa seu processo produtivo singular, nenhuma está acima da outra, e elas são etapas do processo de construção do trabalho.

A primeira caixa de ferramentas está relacionada ao manuseio do estetoscópio e de outros equipamentos que possibilitam a análise e compreensão de dados físicos, incluindo exames laboratoriais e imagens. Essa caixa de ferramentas desempenha um papel crucial ao alimentar o raciocínio clínico, sendo denominada de tecnologias duras. A segunda caixa, de acordo com Merhy e Feuerwerker, está associada à compreensão do olhar do profissional sobre a saúde do usuário, envolvendo um processo de apreensão do mundo e das necessidades a partir de um ponto de vista central. Esse olhar é construído com base em conhecimentos predefinidos, como a epidemiologia (considerada trabalho morto por estar previamente estabelecida). No entanto, esse trabalho morto se manifesta na produção do trabalho vivo por meio da interação com o usuário, que é imprevista e singular.

Nesse processo, fica evidente a presença de uma mediação - o raciocínio clínico. Merhy e Feuerwerker afirmam que esse segundo domínio gera uma constante tensão entre a rigidez do olhar e do pensamento já estruturado, e a leveza exigida no encontro com o usuário. Nessa interseção, os produtos da primeira caixa de ferramentas adquirem significados enquanto atos de saúde. Como não há uma abordagem única para a prática clínica, esse cenário se torna propício para a prevalência da rigidez, característica dos processos estruturados, ou para a predominância da leveza, com seu processo mais flexível e permeável. Merhy e Feuerwerker (2009) denominam as tecnologias que operam nesse território como tecnologias leveduras.

As considerações preliminares sobre os atos de saúde abordam a produção de ações cuidadoras que são universais a todos os seres humanos. No entanto, essas práticas são frequentemente subestimadas pelo modelo médico hegemônico, o qual, por sua vez, desvaloriza e deslegitima outros saberes relacionados à saúde.

A terceira caixa de ferramentas, situada no âmbito das tecnologias leves, constitui o espaço propício para a criação da relação e do encontro entre o profissional e o usuário por meio da escuta. Nesse contexto, há espaço para o interesse e a construção de vínculos de confiança, todos mediados por processos micropolíticos de encontros que se desdobram como eventos imprevisíveis a priori. Dessa forma, essa terceira caixa de ferramentas, relacionada às tecnologias leves, desempenha um papel crucial na produção do cuidado, representando o ponto em que o agir tecnológico se abre para acontecimentos não tecnológicos.

Este é o único processo, conforme indicado por Merhy e Feuerwerker, no qual as tecnologias de cuidado se tornam suficientemente acessíveis para encontros micropolíticos que transcendem o âmbito das práticas de saúde. Portanto, é nesse cenário que existe a oportunidade de uma maior precisão na apreensão da singularidade, do contexto, do universo cultural e do estilo de vida em situações específicas por parte da pessoa usuária. Esse encontro é enriquecedor, ampliando o raciocínio clínico dos profissionais de saúde e proporcionando uma abertura para a existência do outro em sua singularidade. Merhy e Feuerwerker (2016) afirmam que os processos produtivos nesse encontro ocorrem efetivamente, em ato, na encruzilhada entre trabalhador e usuário. Nesse território, a ética do exercício profissional e os conhecimentos sobre a relação com o "paciente" assumem importância, destacando a relevância do trabalho vivo em ação nesse momento. É também nesse território - nas relações, nos encontros, no trabalho vivo em ato - que o usuário tem maiores possibilidades de agir, interagir, deixar sua marca e também exercer influência.

Os conhecimentos oferecidos por Merhy e Feuerwerker desempenham um papel crucial ao refletirmos sobre a implementação da Redução de Danos na prática. A distribuição de insumos, embora seja uma estratégia para estabelecer contato com usuários de álcool e drogas, assume um papel secundário. Torna-se, na realidade, um cenário que propicia o encontro genuíno, com o usuário emergindo como o verdadeiro motivo e foco central da compreensão do trabalho. A construção do vínculo e a valorização da pessoa usuária de drogas evoluíram para saberes que impulsionam e conferem à Redução de Danos um caráter instrumental poderoso e de ruptura com as ciências mais rígidas sobre saúde, que ainda olham a relação entre saúde e sujeito a partir de uma relação vertical/hierárquica.

É precisamente nesse domínio da micropolítica do cuidado, conhecida como tecnologias leves, que a ética travesti faz sentido, se mostrando como um horizonte. Neste contexto, convido à empatia e à compreensão da realidade dos corpos trans e travestis, destacando a importância fundamental dessa perspectiva ética, na construção de atos de saúde, que tenham um

compromisso de ruptura com a realidade transfóbica e se colocando em favor, em compromisso ético, pois é na construção do vínculo, que mora a essência da Redução de Danos.

2.6 TRAVESTIS, AIDS & POLÍCIA

No Brasil, de acordo com Céu Cavalcanti et al (2018), a década de 1980 foi marcada pela construção da democracia. O estabelecimento de uma democracia implica na garantia de direitos fundamentais para populações historicamente excluídas e marginalizadas no contexto colonizatório. A criação de grandes sistemas públicos, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), juntamente com dispositivos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representam marcos importantes na trajetória da redemocratização, evidenciando uma maior abertura política e social. Em meio a essas transformações abrangentes, é imperativo direcionarmos nossa atenção para o papel das travestilidades.

Em 1 de março de 1987 (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018), a Folha de São Paulo publicou uma nota apontando a existência de uma operação planejada diretamente para travestis, conforme a figura a seguir.

Figura 1 – Matéria jornalística da Folha de S. Paulo

A. 20. 2.º caderno CÍDADES Domingo, 1.º de março de 1987 FOLHA DE S. PAULO

Polícia Civil “combate” a Aids prendendo travestis

Do Reportagem Local

A Polícia Civil do Estado resolveu entrar no “combate” à Aids na cidade de São Paulo. Com este objetivo, foi lançada na madrugada de anteontem a “Operação Tarântula”, um comando especial de policiamento que visa realizar detenções em flagrante de travestis nos principais locais de prática do “trator” alijamento de “fregueses” nas ruas públicas. As primeiras ações da “Tarântula” já resultaram em 56 detenções, segundo Márcio Prudente Cruz, 52, delegado-chefe do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (De-gran). Cruz afirma que a operação deverá durar o ano todo.

A operação está sob o comando do titular da Delegacia Seccional Sul, delegado Marcelo Alencar Aranha, e conta com uma equipe composta pelos titulares dos distritos policiais de Vila Clementino, Itaim-Itibi, Campo Belo e Vila Mariana (bairros da zona sul de São Paulo).

Segundo Cruz, o objetivo da “Operação Tarântula” é basicamente

Tarântula é uma aranha européia

Segundo o “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”, “tarântula” é uma espécie de aranha européia da família dos levasídeos, cuja picada causa febre, delírio e, segundo a crença popular, singulares sintomas que levariam o doente a cantar e dançar. De acordo com a enciclopédia da Lúcia Universal, sua picada causa abatimento e profunda melancolia, daí os antigos acreditarem que a vítima dovesse agitar-se intermitentemente para sair desse estado.

“espantar a freguesia”, e assim diminuir a propagação da doença. “Os tempos de Nostradamus estão chegando”, diz. Ele afirma acreditar que estamos num período pré-apocalíptico. No entanto, a operação não será efetuada durante o Carnaval, já que “os travestis tiram folga nesta época”, declara.

Cruz nega ter dito que pretende enquadrar os detidos na Lei de Segurança Nacional, ou que pretenda submetê-los a testes de Aids no Instituto Médico Legal, conforme foi publicado ontem no jornal “O Globo”. Para ele, os travestis podem responder a processos por ultraje ao pudor público e crime de contágio venéreo.

A respeito do nome dado à operação policial, Cruz diz que a autoria é do delegado Aranha. “A Tarântula tem vários braços, braços longos, e o objetivo é atingir várias ruas e várias avenidas onde se efetua o ‘trator’ indecente”.

Acidente na Régis Bittencourt mata quatro e fere dois

Do Reportagem Local

Um acidente envolvendo dois caminhões e três automóveis na rodovia Régis Bittencourt (que liga São Paulo a Curitiba, no Paraná), ocorreu no dia 28 de fevereiro, provocou a morte de quatro pessoas e ferimentos leves em outros dois. O choque, ocorrido no km 331 da rodovia, próximo à cidade de Jupiá (78 km a sudoeste de São Paulo), provocou também a interdição das pistas, nos dois sentidos, do horário do acidente até as 10h30. Logo após a liberação, o tráfego ficou lento por algum tempo.

O Fuso de chapas JK 8038 SP teria se chocado —segundo a Polícia Rodoviária Federal— com o caminhão Mercedes Benz CX 5025 PR, cujo motorista, Antônio Valença, 24, sofreu ferimentos leves. Todos os ocupantes do Fuso (Paulo Misaki, 28; Teresa Misaki, 58; Maria Valença, 20; e Julieta da Conceição, 55) morreram no local. O motorista do

Prefeito de cidade do Ceará é morto por desconhecido

Do correio-pendente em Fortaleza

O prefeito de Maracanaú (município da região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará), Almir Freitas Dutra (PDS), morreu anteontem, às 22h30, após ser atingido na cabeça por disparos de revólver. O crime ocorreu quando Dutra e sua mulher, Ângela Maria, saíam de uma churrascaria da cidade, nas proximidades da casa do prefeito. Segundo testemunhas, o casal viajava a pé para casa quando um homem mascarado aproximou-se e disparou contra o prefeito.

O fotógrafo Sebastião de Moura Alves, que estava perto de Dutra, disse que o autor dos disparos tinha o rosto coberto por uma máscara camuflada, da mesma forma que dois outros homens, que o acompanhavam. Ainda segundo ele, os três mascarados fugiram em um Correl preto sem placas.

Dutra foi pega chave para a realização do plebiscito que decidiu pela separação do distrito do município de

Em MG é preso acusado de assalto a caminhoneiros

Das Agências

Foi preso ontem num sítio localizado na zona oeste de Belo Horizonte (MG) o motorista de caminhão Francisco Pereira de Souza, acusado de integrar a quadrilha de assaltantes de caminhoneiros que atua na rodovia Rio-Bahia. Segundo o delegado do Dap, mestre Renato Trade, autor da prisão, desde dezembro Francisco se escondera no sítio, cujo dono é identificado como Hilton, funcionário da siderúrgica Mannesmann. Hilton seria um dos maiores receptores de cargas roubadas de caminhões.

O delegado Trade disse que Francisco aliciava caminhoneiros para que simulassem assaltos, passando a carga para a quadrilha, sobretudo bobinas de aço inoxidável e chapas de ferro. Em seguida, foram devolvidas a quadrilha o desmontava para vender as partes desmontadas.

Fonte: Matéria jornalística da Folha de S. Paulo

Durante o processo de redemocratização do país, observamos que os discursos voltados para o combate à AIDS passaram a legitimar diversas violações de direitos. A mídia, em particular, desempenhou um papel crucial ao acompanhar os casos, concentrando-se

exclusivamente na comunidade LGBTIA+. Isso resultou na invisibilização da contaminação entre a população heterossexual e cisgênera (BARATA, 2006).

Nesse período o SUS, que estava em seu processo de construção enquanto um sistema de saúde público e acessível, foi convocado para lidar com a epidemia da AIDS. Outros setores da sociedade também foram chamados a responder à epidemia, incluindo a polícia, conforme indicado pela matéria da figura 1. Por meio de discussões na área de epidemiologia, o atual Código Penal Brasileiro (promulgado em 1940) adquiriu uma nova funcionalidade, especialmente no Artigo 130, que menciona:

Art. 130 - Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa” e “§ 1º - Se é intenção do agente transmitir a moléstia: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa (Brasil, 1940, local. 01)

As travestis passaram a ser alvo de abordagens policiais durante a operação Tarântula, e aquelas detidas durante essa ação respondiam a processos por crime de contágio venéreo, conforme denunciam Céu Cavalcanti et al (2018). Não surpreendentemente, a matéria sugere brevemente a possibilidade de testagem compulsória das pessoas detidas para averiguação, embora o delegado Márcio Cruz negue que tal prática ocorresse. No entanto, a associação estabelecida entre travestis e a AIDS, e, por conseguinte, sua vinculação ao artigo 130 do Código Penal, revela a naturalização desse estigma, evidenciando como o imaginário dessa década foi impregnado pela ideia de uma "epidemia gay", ativando interpretações do sistema penal que, há décadas, já operacionalizavam a vivência da negritude com a justiça (GÓES, 2015).

Observa-se que a postura adotada pela mídia e pela polícia durante a epidemia de HIV/AIDS resultou em uma outra epidemia, uma epidemia de transfobia, provocando a criminalização da existência das travestis. Essas instituições, de alguma forma, as colocaram como culpadas ou até mesmo como as principais responsáveis pela propagação da epidemia. Tais ações tiveram um impacto significativo no imaginário social da época, contribuindo para a estigmatização e marginalização das travestis.

2.7 BRENDA LEE E O PALÁCIO DAS PRINCESAS.

Agora convido vocês a explorarem memórias que quase se perderam na vastidão da história da Redução de Danos e a participar do debate sobre o que representa, atualmente, a política pública voltada para pessoas que convivem com HIV/AIDS.

No cenário contrário à epidemia da AIDS e à operação Tarântula, surge uma figura singular: uma travesti que ficaria conhecida como Anja da Guarda das Travestis. No texto *BRENDA LEE: A luta e representatividade das mulheres trans no Brasil*, Dering et al (2021) apresentam Caetana, mais conhecida como Brenda Lee, que cresceu na divisa entre Ceará e Pernambuco, em uma família tradicional da zona rural. O texto ainda narra que Brenda Lee se mudou para o Rio de Janeiro por volta dos 14 anos, acompanhada de sua mãe e irmãos. Na adolescência, devido à conservadora família, mudou-se para São Paulo em busca de uma vida longe do preconceito. Brenda Lee tentou ingressar no mercado formal de trabalho, porém enfrentou barreiras devido à transfobia, o que a levou à prostituição diante da falta de oportunidades significativas.

Conforme descrito por Dering et al (2021), apesar das adversidades da época, Brenda Lee conseguiu acumular patrimônio, adquirindo imóveis, estabelecimentos comerciais e veículos. Eventualmente, alcançou a realização do sonho de inaugurar uma pensão destinada a acolher travestis, em uma de suas casas.

Em resposta à epidemia da AIDS em 1984, Brenda Lee abriu as portas de sua residência para acolher travestis afetadas pela doença. Foi nesse momento que ela assumiu um papel de destaque no enfrentamento da epidemia, dando origem ao que viria a ser conhecido como o Palácio das Princesas.

Porém, como ainda narrado pelos autores, ocorreu um massacre da polícia militar durante a operação Tarântula, que resultou no assassinato de 5 travestis que compartilhavam residência com Brenda Lee. Diante desse trágico evento, a mídia procurou Brenda, e foi nesse momento que ela se posicionou em defesa das travestis, denunciando a condição de vulnerabilidade a que estavam expostas diante das ações da polícia militar, da epidemia de AIDS e da ausência de políticas adequadas.

Esse massacre chamou a atenção da mídia para a investigação do atentado, levando à convocação de Brenda Lee para depor. Em seu depoimento, ela se posicionou em defesa de sua comunidade. Durante uma coletiva de imprensa, uma jornalista questionou Brenda sobre como ela lidaria se uma travesti com AIDS aparecesse em sua casa. Brenda respondeu prontamente que a acolheria da mesma forma, partilhando recursos de maneira igualitária. Além disso, fez um chamado aberto, enfatizando que qualquer travesti com AIDS que ouvisse sua mensagem poderia procurar abrigo em sua casa, assegurando cuidado sem discriminação.

Vale ressaltar, conforme Dering et al (2021), que na época havia escassez de informações sobre a AIDS, pois era o início da epidemia. Mas mesmo diante do pouco ou nenhum conhecimento sobre a doença, Brenda Lee demonstrou uma postura inclusiva e receptiva, destacando que o enfrentamento de uma doença tão grave se passa pelo combate à discriminação e ao preconceito. Esse é um dos princípios mais lindos, pois não existe Redução de Danos alimentando estigmas e preconceitos, não existe cuidado com discriminação.

Nesse contexto de conflitos e alinhamentos, uma pesquisadora da Secretaria da Saúde e assistente do Ministério da Saúde, que havia assistido à entrevista, entrou em contato com Brenda Lee. Ela informou sobre a situação de uma travesti no hospital Emílio Ribas, onde se cuidava de pessoas vivendo com HIV, e indagou se Brenda Lee poderia acolhê-la. Foi através desse apelo, prontamente atendido por Brenda Lee, que surgiu um convite da assistente para participar de um debate no Centro de Saúde, abordando informações preventivas sobre a doença (CAMARGO, 1991).

Nesse convite para o debate, participaram representantes de diversas classes profissionais, como delegados, hemofílicos, pacientes com AIDS, assistentes sociais, religiosos, entre outros. As discussões foram intensas e polarizadas, conforme relatos da época. Esse cenário levou Brenda a perceber e debater que, ao se mencionar travestis para a sociedade, três palavras frequentemente emergem: marginalização, periculosidade e revolta (CAMARGO, 1991). Entretanto, há pouca compreensão e atenção, uma realidade que persiste diante dos corpos trans e travestis no país até os dias atuais.

Brenda assumiu sua posição de fala e compartilhou conhecimentos essenciais para guiar os presentes na compreensão da vivência de uma travesti na prostituição. Como argumenta Camargo (1991), há uma classe entre nós que denominamos de “travesti social”, referindo-se àquela pessoa discriminada por toda a sociedade, que não recebe apoio da família ou de qualquer outra instituição, que está na prostituição e que vive a profunda vulnerabilização baseada em gênero e sexualidade.

A perspectiva trazida por Brenda dialoga harmoniosamente com os fundamentos e princípios que norteiam a Redução de Danos, promovendo um cuidado entre pares e o combate ao estigma. Apesar de as pesquisas oficiais apontarem as raízes da Redução de Danos, no Brasil, nas trocas de seringas no porto de Santos, é crucial reconhecer o legado deixado por Brenda Lee em uma época de escasso conhecimento sobre a AIDS e, ainda menos, sobre as travestis. Nesse contexto, as pesquisas relacionadas a pessoas trans muitas vezes confundiam transexualidade com prostituição e marginalização. A história de Brenda Lee deve ser contada como parte integrante desse momento crucial no estabelecimento da Redução de Danos no Brasil,

enaltecendo sua atuação como uma provedora de acolhimento e cuidado, e não como um mero alvo passivo de políticas públicas. Brenda Lee é um nome que merece destaque nessa narrativa.

2.8 REDUÇÃO DE DANOS, AS TRAVESTIS E O SUS

Proponho realizar um resgate histórico do contexto em que a prática de Redução de Danos emerge no Brasil como política pública no contexto do uso de drogas. Utilizo informações do site do É de Lei², que foi a primeira instituição no país a proporcionar um espaço de convivência para usuários de drogas em São Paulo, a partir de 1998. No cenário internacional, a Redução de Danos tem suas raízes na Inglaterra, remontando a 1926 com a publicação do Relatório Rolleston, que recomendava a prescrição médica de opiáceos para dependentes químicos de heroína, visando maximizar os benefícios dessa administração diante dos potenciais riscos da síndrome de abstinência.

A primeira iniciativa comunitária surgiu na Holanda em 1984, como uma demanda de pessoas usuárias de drogas injetáveis preocupadas com os altos índices de Hepatite B entre elas, devido ao compartilhamento de seringas. Esses usuários pleitearam ações do governo para conter a epidemia. A resposta a essa demanda resultou na criação do primeiro programa de distribuição e troca de agulhas e seringas no Brasil, marcando um marco importante na abordagem de Redução de Danos no país (ELIAS; BASTOS, 2011; LEMKE; SILVA, 2013).

No Brasil, conforme destacado por Nêmara Vianna (2022), a abordagem de Redução de Danos remonta ao final da década de 80, quando se iniciou a prática de troca de seringas em Santos, especialmente nas cenas de uso de drogas injetáveis, visando conter a disseminação do HIV/AIDS. Essa medida tornou-se necessária devido à prática frequente de compartilhamento de seringas nesse contexto. A Redução de Danos se configura como uma abordagem diante do fenômeno das drogas, buscando minimizar os danos sociais e à saúde associados ao uso de substâncias psicoativas.

As primeiras intervenções, conforme dados disponíveis no portal édelei.org, originaram-se no campo da saúde, ampliando-se progressivamente além das esferas relacionadas ao direito à saúde para abranger os domínios do direito à cidadania e dos direitos humanos. As práticas de Redução de Danos aspiram a politização e socialização crítica de indivíduos que fazem uso de drogas. Esta abordagem visa capacitá-los a serem protagonistas do

2 Link: <https://edelei.org/>. Acesso em 13/05/2024.

seu próprio cuidado com a saúde, a pleitear a efetivação de direitos e a participar ativamente na discussão de políticas governamentais e estaduais, tanto em nível individual quanto coletivo.

Assim, conforme informações do portal edelei.org, não existe uma fórmula predefinida quando se trata de Redução de Danos. Estratégias utilizadas na década de 80 para lidar com o uso de cocaína injetável são continuamente reavaliadas nos dias atuais. Isso é possível através de uma construção coletiva envolvendo trabalhadores, trabalhadoras, usuários e usuárias, tendo em mente as significativas transformações ocorridas desde então, como a mudança no padrão de consumo, que evoluiu de injetável para inalável.

A inovação e a criatividade são princípios fundamentais que orientam a atuação no contexto da Redução de Danos, conforme destacado pelo É de Lei. Estar receptivo para compreender o padrão de uso específico de cada pessoa, ouvir suas preocupações relacionadas a esse padrão e colaborar na formulação de estratégias que minimizem os danos representam desafios significativos. O processo envolve despir-se de normas, proibições e moralismos, adotando uma postura de proximidade com aqueles que desejam compartilhar as experiências decorrentes do uso.

Em 2001, a RD transcende as políticas voltadas para a prevenção de ISTs, HIV/AIDS e o compartilhamento de seringas, consolidando-se gradualmente como um movimento social. Em 2003, a Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas foi estabelecida, reconhecendo oficialmente os usuários de álcool e outras drogas como parte do público-alvo da Redução de Danos (LOPES; GONÇALVES, 2018).

Em 2005, como resposta às alterações propostas pela Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, foi promulgada a Portaria nº 1.028/GM (BRASIL, 2005). Essa medida estabelece ações voltadas para a prevenção e o cuidado à saúde dos usuários de álcool e outras drogas por meio de estratégias de Redução de Danos, sem, necessariamente, interferir na oferta ou consumo de substâncias psicoativas (LOPES; GONÇALVES, 2018).

A marginalização da população trans e travesti é uma triste realidade histórica do Brasil, agravada durante a ditadura militar, quando tornou-se até mesmo uma questão policial. Parecia que o simples fato de alguém ser travesti poderia ser considerado uma ameaça à segurança pública. No entanto, observamos que a Redução de Danos surge na contramão dessa realidade cruel, buscando oferecer não apenas uma resposta aos danos associados ao uso de drogas, mas também reconhecendo e valorizando as vidas dessas pessoas que estavam sujeitas ao estigma da AIDS.

2.9 REDUÇÃO DE DANOS EM PERNAMBUCO

Em meio à efervescência das políticas de saúde no Brasil, surge a Redução de Danos como uma abordagem singular, moldada pelo contexto social e histórico de Recife, cenário desta investigação. Explorar a trajetória dessa prática implica compreender como ela se entrelaça com a busca por uma saúde pública mais igualitária e acessível, conforme preconizado pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que delineia os caminhos para a garantia de serviços de prevenção e tratamento de doenças para todos. Vamos adentrar nesse universo, desvendando os contornos singulares que a Redução de Danos assume na vibrante tapeçaria de Recife, contribuindo para uma visão mais holística da sua implementação.

Num cenário intrincado das políticas públicas de saúde, a Redução de Danos firmou-se como componente integrante do Sistema Único de Saúde. O marco oficial de sua consolidação acontece em 2004, quando é formalmente adotada na Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, reconhecida e legitimada pelo Ministério da Saúde. Mais que uma simples estratégia, a Redução de Danos revela-se como uma abordagem ética no cuidado em saúde pública, delineada com a missão intrínseca de mitigar vulnerabilidades sociais, individuais e comunitárias associadas ao consumo de drogas. Sua essência reside na apreciação da singularidade de cada usuário, colaborando ativamente na co-criação de estratégias que resguardecam e valorizem suas vidas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015). Nesse compasso, adentramos os meandros dessa prática transformadora, onde a empatia e o respeito guiam a construção de um cuidado verdadeiramente significativo.

A abordagem da Redução de Danos na saúde, conforme delineado por West (2016) e integrado SUS, parte do reconhecimento de que algumas pessoas que fazem uso de drogas podem não manifestar o desejo ou a capacidade de interromper esse consumo. No entanto, essa condição não invalida o direito intrínseco dessas pessoas aos cuidados de saúde, um princípio irrevogável nos alicerces do SUS.

A abordagem da Redução de Danos não se concentra exclusivamente na busca pela abstinência total, reconhecendo e respeitando a singularidade de cada indivíduo. Os cuidados de saúde devem ser maleáveis, ajustando-se às necessidades específicas de cada pessoa, sem qualquer julgamento. Essa abordagem proporciona diferentes trajetórias para o cuidado da vida das pessoas, promovendo a autonomia e a responsabilidade daqueles que buscam assistência (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

A abordagem de Redução de Danos, incorporada à reforma psiquiátrica brasileira, promoveu alterações significativas no cuidado prestado a pessoas que fazem uso de drogas,

marcando uma ruptura com o antigo modelo manicomial, conforme apontado por West (2016). Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) desempenham um papel crucial nesse processo ao integrar os pacientes ao contexto social e cultural de suas vidas cotidianas.

Os CAPS, como destacado pelo autor mencionado anteriormente, desempenharam um papel crucial na reforma psiquiátrica ao operarem em ambientes acolhedores e abertos na comunidade, transcendendo as estruturas físicas convencionais. Uma evolução significativa dessa abordagem ocorreu com a criação dos Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas (CAPS ad) em 2002. Esses centros aprimoraram a oferta de atendimento diário individualizado para pessoas que fazem uso prejudicial de substâncias, abrangendo terapias medicamentosas, psicoterapia, oficinas terapêuticas e visitas domiciliares.

O conceito de Redução de Danos, segundo o autor citado acima, tornou-se uma parte crucial da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde. Essa importância refletiu-se nas Portarias nº 1.028 e nº 1.059 (BRASIL, 2005), emitidas em julho de 2005, as quais estabeleceram ações voltadas para a diminuição dos danos sociais e de saúde decorrentes do uso de substâncias causadoras de dependência. Conforme West (2016), essas iniciativas foram especialmente direcionadas aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

De acordo com West, nos primeiros anos dos anos 2000, a cidade do Recife, em Pernambuco, acumulou vasta experiência no enfrentamento de questões ligadas às drogas, especialmente no âmbito da saúde mental, por meio do programa "Mais Vida". O autor ainda destaca que a criação da Política Estadual sobre Drogas e do Programa Atitude em Pernambuco foi uma resposta ao crescente consumo e tráfico de crack. O governo assumiu o compromisso de enfrentar esse problema após o lançamento do "Plano de Ações Sociais Integradas de Enfrentamento aos Problemas Decorrentes do Uso de Crack" em 2010. Vale ressaltar que o plano foi motivado por uma mãe que acorrentou o filho para protegê-lo do envolvimento com drogas.

O Plano Nacional Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, lançado pelo governo federal em 2010, representa uma colaboração entre os governos estaduais e federal, conforme destacado por West. Este plano é uma estratégia que organiza programas com objetivos comuns, definindo a alocação de recursos e ações ao longo do tempo. Em Pernambuco, segundo West, foram estabelecidas 18 metas para enfrentar o crack, abrangendo áreas como prevenção, serviços de saúde mental, assistência social, inclusão produtiva, educação e repressão qualificada.

A gestão do plano foi confiada a uma Câmara Técnica Intersetorial, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, composta por representantes de

diversas secretarias estaduais. Essa equipe articulou-se com o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, promovendo conferências regionais descentralizadas em 2010 para a elaboração de uma política estadual sobre drogas. A partir de julho de 2010, novos dispositivos de atendimento aos usuários de drogas foram implementados, incluindo os Centros de Referência e Acolhimento aos Usuários de Drogas (CRAUD) em Recife, Bom Jardim e Floresta.

Então, de acordo com West (2016), o programa Atitude foi iniciado em 2011 para auxiliar pessoas que fazem uso de drogas, especialmente crack. Inicialmente, foram estabelecidos serviços como os Centros de Atendimento aos Usuários de Drogas (CAUD) em Igarassu e Caruaru, operando 24 horas e proporcionando acolhimento integral por alguns meses, atendendo municípios vizinhos com equipes multidisciplinares.

O programa evoluiu a partir de discussões, experiências práticas e diálogo constante com usuários de drogas, conforme destacado por West. Atualmente, o Programa Atitude está focado na prevenção e assistência, buscando assegurar direitos, proteger e incentivar o convívio social. Ele se concentra em áreas propensas a crimes, associado à assistência social, integrando estratégias de Redução de Danos e prevenção à violência. O programa oferece quatro tipos de serviços: Atitude nas ruas, centros de acolhimento e apoio 24 horas, centros de acolhimento intensivo 24 horas e aluguel social/república.

Nesse cenário, é relevante destacar outra instituição que surgiu em Recife por volta de 2020, através da iniciativa da sociedade civil, denominada Escola Livre de Redução de Danos. De acordo com o seu portal, a instituição visa fortalecer os direitos humanos das pessoas que fazem uso de drogas, proporcionando atividades como formação técnica e política, estudos e intervenções práticas³. O conceito de Redução de Danos da escola incorpora estratégias de promoção da saúde, prevenção de IST/AIDS, tratamentos em saúde mental, além de abordar temas como prevenção da violência urbana e redução do encarceramento, alinhando-se às perspectivas feministas, antiproibicionistas e abolicionistas. Inspirada na educação popular e metodologias ativas, a escola se propõe a ser um espaço coletivo de aprendizagens e trocas vivenciais permanentes, seguindo a filosofia de Paulo Freire, onde aprender a caminhar se dá ao caminhar.

3 METODOLOGIA

³ Link: <https://www.escolalivredereducaodedanos.org/> . Acesso em 13/05/2024.

A forma como vemos e entendemos o mundo ao nosso redor e a escolha/definição dos problemas sociais que se conformam, para nós, como um problema de pesquisa a ser estudado, são influenciadas pelos lugares que ocupamos na complexa rede que organiza a produção de conhecimento científico e define seus limites e possibilidades. Essas escolhas não só orientam a pesquisa, mas também moldam a maneira como percebemos a realidade. Assim, nesta seção, compartilho a abordagem que orienta minha visão sobre o conhecimento e os procedimentos metodológicos que orientaram a produção do material a ser aqui analisado

Como dito anteriormente, meu objetivo neste trabalho é explorar narrativas sobre estratégias de Redução de Danos desenvolvidas por pessoas trans e travestis que atuam neste campo, investigando suas compreensões sobre Redução de Danos, cuidado e transfobia, de modo a dar visibilidade a experiência invisibilizadas e, conseqüentemente, ampliando o conhecimento e contribuindo para a consolidação e expansão deste campo.

De antemão, é preciso compreender que não há sujeitas nesta pesquisa, mas interlocutoras. É comum que as pesquisas com pessoas trans, ao compartilharem as experiências destas pessoas, as tomem como vítimas, destacando uma face operante da transfobia e retirando-as do lugar de agência. Dito isto, em consonância com o transfeminismo (FAVERO, 2020a; JESUS, 2019; YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020), e optando por “interlocutoras” no lugar de “sujeitas”, defendo o lugar ativo dessas pessoas na construção de conhecimento nesta pesquisa.

Dessa maneira, a pesquisa se alicerça em um arcabouço teórico diversificado, buscando uma compreensão crítica e contextualizada das experiências das pessoas trans em relação à Redução de Danos, cuidado e à ação da transfobia em suas vidas. A intenção, portanto, não é apenas olhar para a realidade das pessoas trans e travestis como espectadoras inertes, mas com elas compreender, de modo dialógico, o que as suas experiências de vida produzem para além de marginalidade e vulnerabilidade.

Me oriento pela perspectiva transfeminista, trazendo pesquisadoras trans como Sara York, Jaqueline Gomes de Jesus e Sofia Favero, para discutir transfobia e também compreender a realidade das pessoas trans no Brasil. Essas pesquisadoras representam a referência teórica desta dissertação, contribuindo para a construção de uma epistemologia travesti, afinal quero olhar a realidade das pessoas trans a partir de suas nomeações de mundo. Através de suas análises, quero aprofundar meu entendimento sobre as experiências e desafios enfrentados por pessoas trans no contexto brasileiro, buscando assim não cometer violências epistêmicas em minha produção científica.

Neste ponto, exploramos perspectivas de outras travestis e pensadoras negras para fundamentar uma visão transfeminista e interseccional. Essa abordagem é crucial para a metodologia desta pesquisa, pois trata-se de um estudo sobre uma realidade frequentemente negligenciada pela sociedade e pouco explorada pela academia.

Me inspiro também na abordagem de Merhy e Feuerwerker (2016) sobre cuidado em saúde a partir da perspectiva da micropolítica do cuidado. Assim, compreendo como a relação entre trabalho, produção de cuidado e a autonomia do usuário é central para se entender as estratégias de Redução de Danos adotadas pelo grupo de pessoas trans entrevistadas.

3.1 O PROCESSO DE ARTESANIA DO FAZER PESQUISA PELAS LENTES DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Dei início a este capítulo defendendo que o fazer pesquisa é atravessado pela maneira que vemos e entendemos o mundo ao nosso redor, como também pela forma como nos posicionamos diante da complexa teia de relações de poder que organiza o conhecimento científico. Com isso, neste tópico apresento a lente que utilizo para olhar para as tramas desenvolvidas nesse processo dissertativo: o construcionismo social

Definir o que seria o construcionismo social seria cair em uma rede de complexidades, negociações de sentidos e tensões, pois não há um consenso sobre o que define essa perspectiva. A busca por esse consenso seria caminhar na contramão daquilo que é proposto por Mary Jane Spink e Rose Mary Frezza (2013) como “desfamiliarização”. De acordo com as autoras, é importante nos desfamiliarizarmos da maneira como entendemos as noções e conceitos científicos que estão enraizados na nossa cultura. Assim, para além da definição de um conceito, proponho um olhar para os possíveis caminhos para uma desfamiliarização da forma de produção do conhecimento científico.

O primeiro processo de desfamiliarização está relacionado à crítica ao representacionismo. O construcionismo propõe que o conhecimento não é algo que existe *a priori* e que através da pesquisa se pode “capturar”, para então se refletir a “verdade” sobre o objeto. Mas sim, é construído a partir de trocas, interações, negociações, conflitos entre pessoas culturalmente e historicamente situadas (SPINK; FREEZA, 2013). Dessa forma, não seria possível trazer descrições que representem o que seriam as verdadeiras estratégias de Redução de Danos desenvolvidas por pessoas trans e travestis. O que propomos nessa pesquisa é

evidenciar como as interlocutoras produzem sentidos sobre essa temática, levando em consideração as tensões, conflitos e consensos existentes.

O convite à crítica ao representacionismo também coloca em perspectiva a ideia de “verdade”. De acordo com Spink e Frezza, a verdade seria a verdade das nossas convenções, dos critérios socialmente construídos e negociados. Ou seja, não existiria uma verdade pré-estabelecida, pré-discursiva e universal. O que se tem são regimes de verdades que se impõem universais como uma forma de manutenção de certas tradições, valores e que determinam formas de viver no mundo.

Resultantes dessas críticas, pontuamos dois aspectos relevantes sobre uma postura construcionista: 1) há um foco nas interações e nas práticas sociais. Uma investigação construcionista se interessa sobre o processo de como as coisas são continuamente construídas a partir das relações sociais; 2) A linguagem se torna central nesse tipo de investigação, entendendo-a como ação. A linguagem, nessa perspectiva, não assume a função de transmissão de informação. Quando usamos a linguagem, seja ela qual for, estamos agindo ativamente sobre as coisas.

Diante disso, as práticas discursivas são elementos centrais no construcionismo social. De acordo com Spink e Frezza, as práticas discursivas podem ser compreendidas como a “linguagem em ação”, ou seja, “ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão” (SPINK; FREEZA, 2013, p. 20–21). Segundo, Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013) as práticas discursivas são constituídas de três elementos: a dinâmica (enunciados e vozes), as formas (*speech genres*) e os conteúdos (repertórios).

Para definir a dinâmica, o autor e a autora dialogam com o conceito de enunciado e vozes de Bakhtin. Os enunciados seriam as articulações de expressões (palavras e sentenças) endereçadas a uma ou mais pessoas, e as vozes são os/as interlocutores/as que se fazem presentes (ou presentificados) nos nossos discursos. Esses enunciados são moldados de forma mais ou menos estáveis a partir do contexto, tempo e interlocutores/as a quem são endereçados. Isso seria o que os autores, a partir de Bakhtin, denominam de *speech genres* ou gêneros de fala. Já o conteúdo, que são os repertórios, é definido como dispositivos linguísticos que utilizamos para construir, caracterizar, avaliar versões das ações, eventos e outros fenômenos. Em outras palavras, são elementos que apreendemos ao longo da vida e utilizamos na produção de sentidos.

Diante do apresentado, advogamos nesta pesquisa por novas narrativas que tensionem verdades absolutas sobre a temática da Redução de Danos, trazendo à cena novos sentidos a partir de uma epistemologia travesti.

3.2 ENTRE LINHAS, CURVAS E ENCRUZILHADAS

Nesta seção, irei detalhar as histórias das linhas, curvas e encruzilhadas que me trouxeram até aqui. Sobre as escolhas, possibilidades e desvios de caminho. Falarei sobre encontros e desencontros. E, sobretudo, sobre a potência de estar entre pares, entre afetos, pois acredito que a construção de uma pesquisa e o trabalho metodológico é perpassada por afetos e afetações.

Antes de mais nada, é importante ressaltar que a minha aproximação com esse campo-tema não é recente e me atravessa por diversas óticas. Conforme Peter Spink (2003, p. 28) “[c]ampo, entendido como campo-tema, não é um universo ‘distante’, ‘separado’, ‘não relacionado’, ‘um universo empírico’ ou um ‘lugar para fazer observações’”. Ou seja, campo não é o local em que me desloco para realizar as atividades de pesquisa desta dissertação. Tampouco se trata de forma restrita ao passado recente, o qual realizei as atividades de pesquisa que deram origem à esta dissertação.

O campo, ou campo-tema, como propõe Spink (2003), compõe inclusive o meu passado, que foi costurado por várias vivências que perpassam ser travesti, trabalhadora no campo da Redução de Danos e usuária de drogas. Especialmente em Recife, tenho uma trajetória de trabalho a partir da Escola Livre de Redução de Danos, a partir da qual conheci a interlocutora M, uma participante muito importante desta pesquisa.

No entanto, antes de chegarmos até ela, tínhamos a proposta de ter como ponto de partida a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA). No entanto, por questões burocráticas relacionadas ao comitê de ética, isso não foi possível. Então o Fórum LGBT de Pernambuco se tornou a principal aposta para uma aproximação com as interlocutoras. A estratégia foi bastante assertiva, pois as pessoas que compõem o Fórum estão na militância há muitos anos, desde o início da epidemia de HIV/AIDS.

Ao me aproximar do Fórum, pedi indicações de pessoas trans da cidade que trabalhassem com Redução de Danos, e a interlocutora M foi a principal indicação. A partir disso, iniciamos o uso da técnica da bola de neve, que consiste em solicitar a uma informante-chave, uma pessoa de destaque no campo em questão (que na nossa pesquisa foi a interlocutora

M), possíveis participantes para o perfil traçado pela pesquisa. Para estas pessoas que foram indicadas, também são solicitadas novas indicações. Em algum momento, a amostragem se torna saturada, seja porque há um declínio nas indicações ou pelo fato de os novos nomes indicados não trazerem informações expressivas para o trabalho analítico (VINUTO, 2014).

Ao seguir o fluxo da técnica, solicitei à interlocutora M que me indicasse outros nomes para compor a pesquisa. Ela me indicou o nome de duas pessoas, as quais eu já conhecia previamente. Mais uma vez, partindo da técnica da bola de neve, pedi indicações a estas duas pessoas. A partir disso, cheguei a um quarto nome, que embora não esteja trabalhando atualmente no contexto de Redução de Danos, já esteve em alguns projetos do GTP+ e da Escola Livre de Redução de Danos. Inclusive, também é uma interlocutora que eu já conhecia anteriormente, pois participamos juntas de um projeto da Escola Livre de Redução de Danos, intitulado “todas livres”, direcionado às mulheres cis e trans em contexto de vulnerabilidade, no qual eu era uma das profissionais do projeto.

Além dessas pessoas, eu conhecia mais duas que trabalhavam na Escola Livre de Redução de Danos, mas apenas uma delas teve disponibilidade de participar da pesquisa. Recebi a indicação de vários nomes de pessoas que poderiam me auxiliar nessa articulação com possíveis participantes da pesquisa, mas nenhuma soube me indicar pessoas no perfil que traçamos: pessoa trans que trabalhassem com Redução de Danos em Recife. Assim, fechamos em cinco participantes, os quais apesar de terem sido indicações, já haviam perpassado minha trajetória em algum momento.

De alguma forma, esse cenário já era esperado por nós. Imaginávamos que não haveria tantas pessoas trans contratadas e atuantes nas políticas públicas de Redução de Danos em Recife, pois não é perceptível a intenção no âmbito municipal de contratação de pessoas trans. A Escola Livre de Redução de Danos apresenta essa movimentação, mas no âmbito municipal, há uma ótica de que as pessoas trans estão na ponta como usuárias do serviço, mas não como profissionais protagonistas desse cenário. Assim, nem todas as pessoas que participaram da pesquisa estavam contratadas e em atuação na cidade de Recife. No momento da pesquisa, apenas duas eram contratadas. As outras pessoas foram convidadas por indicação e por já terem participado de projetos na cidade.

No entanto, apesar de um aparente quantitativo pequeno de interlocutores, o material produzido pela pesquisa apresenta uma expressiva densidade analítica. Este material foi produzido a partir de três encontros com cinco participantes, em formato de rodas de conversa, que ocorreram na Escola Livre de Redução de Danos, que nos cedeu o espaço para que pudessemos realizar as atividades.

De acordo com Figueiredo e Queiroz (2012), a utilização das rodas de conversa como técnica de pesquisa, favorece uma construção de conhecimento dialógica, pois possibilitam que o exercício reflexivo seja compartilhado. Mélló et al (2007) também contribuem ao trazerem alguns direcionamentos sobre a utilização de rodas de conversa. Seguindo por um caminho diverso ao proposto em entrevistas e questionários, que atrelam respostas a perguntas previamente elaboradas como num inquérito, as rodas de vonversa priorizam discussões em torno de uma temática, de modo a tornar possível visibilizar as práticas relacionadas à interação cotidiana.

Desta forma, nos nossos encontros as participantes foram convidadas a compartilhar suas vivências e percepções sobre Redução de Danos, cuidado, acolhimento, construção de vínculo e transfobia. A partir disso, foram tecidas discussões dialógicas, com a participação das interlocutoras e da pesquisadora. Isto ocorreu em três encontros, que ficaram gravados em áudio.

O primeiro foi uma oficina de colagem, com o objetivo de explorar as compreensões individuais sobre Redução de Danos. Cada participante criou uma colagem representativa do que entendem por Redução de Danos. Expressões visuais e simbólicas das perspectivas individuais foram documentadas.

O segundo encontro foi uma conversa exploratória sobre a aproximação de cada pessoa com a Redução de Danos. A intenção foi aprofundar a compreensão das experiências individuais na RD. A atividade consistiu em uma conversa aberta onde cada participante compartilhou suas vivências, desafios e conquistas na área. A intenção foi evidenciar narrativas qualitativas que evidenciassem as diversas trajetórias e perspectivas dos participantes.

Por fim, no terceiro encontro, foi feita uma conversa sobre a percepção de cada participante sobre a experiência com a oficina e sobre Redução de Danos. Além disso, foi feita uma cena baseada no teatro do oprimido. O objetivo foi explorar a temática do acolhimento em Redução de Danos, especialmente para pessoas trans. A atividade consistiu no desenvolvimento de uma dramatização de cenas reais baseadas em situações de acolhimento e diálogo em contextos de vulnerabilidade. O resultado foi a construção de uma encenação inspirada no teatro do oprimido que oferece insights sobre as nuances do acolhimento nesta área.

O teatro do oprimido é uma abordagem teatral criada pelo brasileiro Augusto Boal na década de 1970. Ele propõe uma forma de teatro interativo que visa explorar questões sociais, promover a reflexão crítica e buscar soluções para problemas coletivos. A essência dessa prática está em envolver o público de maneira ativa, transformando-os em "espect-atores" que participam da criação e representação das peças teatrais. Boal baseou sua abordagem em ideias

do educador e filósofo Paulo Freire, principalmente no que diz respeito à conscientização e transformação social. Freire defendia a educação como um processo dialógico que envolve a participação ativa dos aprendizes na construção do conhecimento.

Após a realização das rodas de conversa e da finalização da pesquisa de campo, foi realizada a transcrição das gravações de áudio dos encontros. Depois desta etapa, fiz a leitura dos textos e selecionei trechos de falas que tivessem compreensões sobre Redução de Danos, cuidado e transfobia. Após isso, escolhi os que fossem mais assertivos em relação aos temas selecionados. Ou seja, tentei trazer trechos que fossem diretivos ao seu objetivo e que tivessem uma diversidade de vozes. Assim, evitei usar muitos trechos de uma única pessoa. Após isso, foi realizada a análise dos dados, que está disposta no capítulo a seguir.

Em relação às questões éticas, a pesquisa respeitou todos os princípios formais, garantindo o consentimento informado dos participantes, confidencialidade das informações e proporcionando um ambiente seguro para compartilharem suas experiências. Além disso, esta pesquisa seguiu todo rigor ético de pesquisa realizada com seres humanos. Foi submetida ao Comitê de Ética, aprovada, e os/as participantes que concordaram em participar da entrevista assinaram Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

4 COSTURANDO SENTIDOS SOBRE REDUÇÃO DE DANOS, CUIDADO E TRANSFOBIA

Nos discursos colhidos em campo, podemos perceber o entendimento sobre teorias que estão presentes na execução do trabalho na perspectiva da Redução de Danos, como a micropolítica do cuidado, que fala sobre a criação do vínculo com pessoas em situação de vulnerabilidade a partir do acolhimento e do respeito aos limites que o outro coloca (MERHY; FEUERWERKER, 2016). Isso evidencia um dos princípios apresentados por Nêmara Vianna (2022), que mostra que a autonomia do sujeito deve ser lida como um princípio, o que possibilitou uma virada fundamental na compreensão sobre saúde, pois situa o sujeito como protagonista.

4.1 ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE DANOS POR PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Nesta primeira seção serão apresentados os trechos discursivos produzidos nas rodas de conversa que trazem compreensões sobre Redução de Danos.

Quadro 1 – Trechos sobre Redução de Danos

Interlocutora E: A Redução de Danos é isso: esse autocuidado comigo, de tomar uma água, de chupar uma bala, de comer uma banana, de tomar uma cerveja e tomar um copo d'água, né? Porque tem muita gente que joga pedra no usuário de droga e enche a cara de cachaça final de semana e não tomou um copo d'água. Tome cerveja, tome pitú, tome pitú, tome cerveja e quando vê um usuário de droga, “aí é um drogado que não tem solução”. Todo mundo tem solução, basta a gente querer, basta a gente querer ocupar esse espaço, né? Basta a gente se entender, que eu sou muito grande, eu não quero aquilo pra mim e que também não tô livre de fazer esse uso.

Interlocutora F: Então, tem isso aqui, o respeito, e falo assim, do lazer, né? A moderação do lazer. Todo mundo gosta de se divertir, gosta de beber como eu gosto, mas a gente tem que ter consciência que tudo tem que ter um pouco de limite. Tudo tem que ter limite na vida. O sexo tem que ter limite, é... A droga tem que ter limite, a bebida tem que ter limite, tudo tem que ter limite. Até a amizade tem que ter um limite.

Interlocutora M: ...meu amor, tem que ter estômago, coragem e gostar. Porque teve

uma residente que foi, ela só foi um dia. A mulher adoeceu. Quando ela entrou dentro do carro, ela chorava tanto, tanto, pronto, que ela só foi nesse dia. Porque tem pessoas que acham que “Consultório na Rua e de Rua” é um sofá dentro de um consultório belíssimo, no ar-condicionado e fica assim. Vá pra ponta, meu amor! Venha sentir na pele, venha sentir o cheiro da cola, venha sentir o cheirinho do crack, venha abraçar quem tem tuberculose, quem tem hanseníase, quem tem tudo, quem tá ali... Eu saía abraçando todo mundo e cheirava todo mundo. Nunca tive uma tosse! Nunca tive uma tosse porque eu nunca tive receio (som de tosse)... Oi, meu amor, venha! Peguei COVID 3 vezes, entendeu? Peguei COVID 3 vezes e tô aqui, contando história. Amo! Amo!

Interlocutora C: Pra mim ser redutora de danos é uma coisa muito importante, eu aprendi muito e venci repassando para as pessoas. Por que o que é a Redução de Danos? É uma técnica de autocuidado para cuidar da vida das pessoas. Não tem Redução de Danos sem falar das drogas lícitas e drogas ilícitas. Porque a gente tem que ter cuidado para usar. Por exemplo, lá na minha casa não falta uma latinha de pitú, mas eu bebo com moderação (risadas e palmas).

Interlocutor R: Para mim a Redução de Danos é um espaço de renovação, onde a gente tem que tá sempre ali se renovando, se cuidando, né? Se conhecendo.

Interlocutora M: Quem usa crack, compartilha, aí vem hepatite, aí vem a tuberculose, principalmente, porque vai de boca em boca, eu não sei o que é que tu tem, o que é que ela tem, não sei o que é que ninguém tem, só que o uso da droga, eu não quero saber quem tem, quem não tem, eu quero usar, eu quero me acabar, entendeu? Então isso começou a surgir, distribuir esse material, mas as pessoas começaram a entender de forma - diferente - distorcida, dizer assim: “Oxe, tão dando? Porque tão fazendo isso?” Mas é uma forma de reduzir pra cada um, mesmo que tivesse seu problema de saúde, seja, tuberculose, seja hepatite, seja qualquer coisa, mas que ficasse pra você, que não fosse compartilhado pros demais. E que hoje você sabe que é compartilhado. Hoje tão fazendo artesanal, eles mesmo fazem com um caninho, bota uma liguinha, bota o papel laminado, faz toda aquela coisa... Incrível a inteligência deles. Eles queimam um pedaço de cano, bem fininho, deixa ele tortinho em forma de cachimbo, pega papel alumínio, bota na pontinha, enrola todinho, eles mesmo fazem e cada um tem o seu, cada um tem o seu, mas mesmo assim alguns ainda compartilham.

Interlocutora F: Redução de Danos e apologia ao cuidado é bem importante. Essas

pesquisas, essas formações, a gente falar sobre o autocuidado, sobre o que é Redução de Danos.

Interlocutora M: ...Eu vou diretamente na rua abordar aquele usuário, seja cis, seja a trans, seja ele, seja ela... saber a problemática de saúde dele ou dela, se tiver algum problema, e eu vou ficar criando um vínculo. O primeiro passo é o vínculo que eu vou criar com esse usuário, saber se realmente ele tem esse desejo, porque também não é fácil.

Fonte: Autora, 2024

Podemos ver um ponto muito importante. Diz respeito a importância que as interlocutoras pontuam sobre respeitar o desejo da/o usuário/o, o que promove a autonomia. Não existe Redução de Danos sem a escuta. Outro ponto diz respeito à importância de conhecer a pessoa e entender as questões referentes à saúde, pois a partir disso, é possível se conectar com o conceito do planejamento das etapas do trabalho. Assim como também apontam a Redução de Danos como uma forma de autocuidado e cuidado do outro, a todo momento remontam nas suas falas princípios da RD.

A dimensão do trabalho envolve o planejamento, que na fala das interlocutoras se faz presente na escuta e no planejamento após a escuta. Então, a partir dessa escuta, nos contam que vão fortalecendo o vínculo, o que posiciona o vínculo como um processo importante na atenção e cuidado ao sujeito. Marx, tal qual referenciado no texto de Merhy e Feuerwerker (2016), enfatiza que o trabalho vai além de uma dimensão operativa, torna-se uma práxis que reflete a relação sujeito/mundo (travesti/mundo). Este entendimento influencia a produção do trabalho, que começa com uma construção mental das etapas antes da execução, conferindo significado à atividade laboral. Essa concepção da produção do trabalho implica uma construção mental prévia das etapas do processo, anterior à execução. Essa pré-construção é fundamental, conferindo significado às atividades laborais e refletindo o recorte individual do trabalhador em relação ao mundo, projetando-o nas atividades que compõem a fabricação do produto desejado.

A Redução de Danos também se reforça na compreensão sobre os cuidados em relação ao HIV e outras IST, destaquei algumas falas a seguir.

Quadro 2 – Trechos sobre Redução de Danos e cuidados relacionados à IST's

Entrevistadora: É... E aí que às vezes é importante a gente falar da PEP, né? Que tá aí, as vezes a pessoa foi, teve o sexo de risco ali e ela acha que aquilo é o fim, né? Não sabe que pode

fazer uma PEP, essas informações não chegam pra essas pessoas.

Interlocutora F: Mas tem hétero, tem hétero e mulher cis que ainda não sabe o que isso quer dizer, o que é a PrEP, nem a PEP, não sabem

Interlocutora M: Já basta o PrEP, meu amor, que eu tomo, todo dia. Todo dia é todo dia, você não pode... É igual quando você não quer engravidar, “não quero ter filho, não quero ter filho”, você...Ah...na boca!

Não, não, na verdade, eu fiz o PrEP por um risco que eu tive. Então eu fiquei naquela vibe: estourou ou não estourou, estourou ou não estourou.

Interlocutora E: É igual Laura⁴. Eu tenho uma amiga minha que também que faz (PrEP), mas como ela é profissional do sexo, se acontece de algum cliente querer, aí ela já tá preparada...

Interlocutora E: Aí eu venho fazendo, eu sempre tive essa paranoia, essa consciência que pra mim o HIV não... Se tivesse ou não, pra mim, de boa. Eu sou muito de boa em relação a isso. Eu acho que por eu ser essa pessoa política. Eu... Se eu fosse ou não uma pessoa reagente eu viveria muito bem, meu psicológico, por isso que eu sempre eu tô lá, tô estirando meu braço pra ver qualquer coisa, porque isso pra mim não seria nada, mas é um tabu pra sociedade, eu sei que é quando a gente fala de gono, de HIV, é um tabu.

Interlocutora C: tem uma quantidade mínima que se distribui de preservativo. E uma profissional do sexo... Tem que ser liberado uma caixa para cada profissional. A gente entende que um profissional do sexo trabalha a noite toda e vários dias.

Fonte: Autora, 2024

Como a epidemia do HIV foi uma das forças motrizes do crescimento da Redução de Danos no Brasil, um dos seus princípios foi combater a epidemia da AIDS. Uma das formas foi o combate ao estigma. Falando-se abertamente sobre o vírus do HIV e as vulnerabilidades da exposição no sexo, vemos que esses princípios estão presentes nos trechos trazidos acima. A compreensão sobre Redução de Danos também se dá através das estratégias presentes na prevenção. Todas demonstraram um conhecimento sobre a prevenção combinada, pelo uso de outras estratégias de prevenção, pra além do preservativo como a PEP (profilaxia pós exposição) ou a PrEP (profilaxia pré exposição), que são estratégias da mandala de prevenção

⁴ Nome fictício.

combinada do SUS que colocam a Redução de Danos como uma das estratégias para a prevenção de IST/HIV.

Figura 2 - Mandala de Prevenção Combinada



Fonte: (Ministério da Saúde, s.d)

Segundo o portal AIDS.gov, a Prevenção Combinada associa diferentes métodos (ações) de prevenção ao HIV, mostrando a importância da prevenção das IST e das hepatites virais tanto para a prevenção do HIV, quanto para a saúde integral das pessoas. Essas ações podem estar combinadas de acordo com o estilo de vida e o momento de vida de cada pessoa, preconizando a ideia de que cada pessoa deve ter a autonomia de escolher para si mais de uma estratégia de prevenção.

4.2 CUIDADO, ACOLHIMENTO E CONSTRUÇÃO DE VÍNCULO NA PERSPECTIVA DA REDUÇÃO DE DANOS

O acolhimento é uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização do SUS

(MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003), que orienta a necessidade da escuta qualificada, da construção de estratégias singulares, do acompanhamento a longo prazo e de outras práticas capazes de garantir o acesso a direitos e a projeção de outras possibilidades de vida. Podemos compreendê-lo como uma das principais ferramentas na construção de vínculos.

A ênfase no acolhimento como tecnologia de cuidado é uma abordagem cuidadosa e essencial para se aproximar de pessoas em situação de vulnerabilidade. Esta prática revela a compreensão da importância de se construir vínculos, respeitar limites e proporcionar autonomia na tomada de decisões como algo essencial para o cuidado do outro. Essas compreensões são princípios da Redução de Danos e foram elas que permitiram que as estratégias de saúde pudessem ter maior eficácia no tratamento e no cuidado das pessoas em vulnerabilidade, pois como apontam Merhy e Feuerwerker (2016), é muitas vezes na dimensão micropolítica do cuidado onde se perde a aderência do sujeito ao tratamento a longo prazo.

E como estamos falando em muitos momentos do vínculo com pessoas trans, nossas interlocutoras nos trazem pontos importantes a seguir:

Quadro 3 – Trechos sobre cuidado e construção de vínculo

Interlocutora M: É tão simples perguntar como você gosta de ser tratado. A pessoa vai dizer... E isso você começa a criar um vínculo. Trabalhei... Vezes que nunca tive problema com ninguém. Eu já entrei no meio de faca, de facão, eles no sobrefeitos, cheirando cola... “Bença. Guarda a colinha, bença”. Já tô ficando lombrado, olha. Cola no cílio, colando tudo. “Kk, essa Interlocutora M é onda.” Pegava a colinha, guardava, porque eu sabia conversar. Vai me dar a cola. Vou colar no sapato, me dê a cola. “Não, Interlocutora M, não, eu vou guardar”. Guardava a colinha, pronto, tava ótimo. “Vamos conversar agora? Porque tu com a colinha, bença, se eu conversar contigo hoje, amanhã tu não vai lembrar de nada, tá sob efeito, guarda a colinha, quer uma aguinha? Toma uma aguinha. Vamos conversar? Quer camisinha? Amorzinho gostoso, toma a camisinha”. Acabou-se. E eu conversava, eu podia tá ali com o sujo, agarrava, beijava de todo o jeito, e isso eu fui, ó, conquistando todo mundo. Não queria ser melhor do que ninguém. Estava fazendo o meu papel. Estava conquistando o meu espaço, o meu jeito de trabalhar, entendeu?

Interlocutora M: Eu vou diretamente na rua abordar aquele usuário, seja cis, seja a trans, seja ele, seja ela... Saber a problemática de saúde dele ou dela, se tiver algum problema, e eu vou ficar criando um vínculo. O primeiro passo é o vínculo que eu vou

criar. Então eu vou com o usuário até onde ele quer, se ele disse que vai até aqui, eu vou até aqui, se ele disser que não quer mais caminhar daqui pra frente... Ótimo. Em um momento dele, ele vai querer.

Interlocutora M: Tu entendeu? Eu passei muito tempo aqui e assim é até hoje, muitos usuários ainda sentem falta, porque eu sempre fui de ouvir. E dava baile também: “Ah, não vai não? Ah, ta certo, viu?” E assim, nunca tive problema com ninguém, nem com ele, nem com ela, com efeito, sobrefeito, com faca, barrote, com tudo. Perguntavam: “Tu vai entrar nesse meio?” Eu disse: “Vou!” “Tu tem medo não?” Eu disse: “Não, tenho medo nenhum.”

Interlocutora M: Como que eu posso cuidar dessa pessoa se ela não se permite? Porque eu chego pra você: “Fulana não fume” Digo pra você não beba. A senhora vai dizer: “Bicha, o pulmão é meu, o dinheiro é meu. É seu? Então eu... Quem vai se foder sou eu, a cachaça é você que tá pagando? Então...” Não que você vá me responder dessa forma, mas eu tenho que respeitar. Aí o que eu tenho que fazer? Puxar... Diminuir. “Fulana, esse teu álcool”. “Cicrana, diminui esse teu tabaco, diminui esse teu uso, em vez de usar... fumar três carteiras, fuma uma... Começa a Redução de Danos”.

Entrevistadora: E é importante entender isso, né? Porque a gente só quer se divertir, a gente só quer curtir a nossa vida. Mas a gente vai encontrar outros corpos que têm outra maldade quando olha pra gente, né? A gente vai usar droga e vai querer se divertir E vai entender também que a Redução de Danos tem a ver com isso, né? A gente perceber as situações de risco que a gente se coloca. Não tem a ver só com a substância, droga, tem a ver com todo o nosso contexto social, né?

Fonte: Autora, 2024

A micropolítica do cuidado está presente a todo momento no discurso das nossas interlocutoras, e ela propõe o que consideramos uma abordagem renovada da saúde, destacando a importância de uma construção de encontros e individualidades nos atos de cuidado. Assim, podemos observar que a perspectiva micropolítica do cuidado, guiada por uma ética travesti, permeia todo o processo da construção de uma compreensão da prática da Redução de Danos, resgatando e valorizando as experiências e histórias dos corpos trans e travestis presentes na pesquisa.

Desta maneira, quebrando o cislêncio, vemos que a análise escancara a histórica exclusão do corpo trans e travesti do exercício epistêmico, conforme discutido por Demétrio e

Bensusan (2019). Esses corpos são reconhecidos como marginais, não considerados autoridades epistêmicas, refletindo a transfobia inerente à sociedade. Isso muitas vezes se expressa na prática da política pública, embora a educação entre pares seja um princípio da Redução de Danos, ela não é uma orientação central na execução da política pública, no que tange à composição de uma equipe. Pelo que se expressa na nossa amostragem, a contratação de pessoas trans é mínima, bem menor do que a realidade das pessoas trans em situação de vulnerabilidade social, que geralmente são atendidas por outras pessoas cis, que acabam não usando nome social, errando o gênero da pessoa, o que prejudica a criação de vínculos dessas pessoas e a aderência às estratégias de cuidado, proporcionando um certo abandono de si.

Quadro 4 – Trechos sobre cuidado e construção de vínculo (complementar)

Interlocutora F: Então, no caso, eu falo sempre, né? Que nesse autocuidado, tanto como na minha profissão, como a educadora social, a gente fez em instantes uma cena usando o preservativo. E o preservativo é um autocuidado com a população trans, que é uma população que não tem empregabilidade, é uma população que se prostitui, é uma população que vive na margem e não adianta a gente dizer que está melhorando, [porque] está melhorando, mas ainda falta muito a questão da empregabilidade. E a informação chegar. Então o que é isso? Eu como educadora social e redutora de danos tenho que levar esse autocuidado, que é o preservativo, que é a informação sobre a PrEP, que muitas transexuais ouvem falar, mas não sabem como usar e abordar o sistema, como funciona a PrEP, para que serve.

Interlocutora E: É. É bem complexa, né? Quando a gente fala em Redução de Danos, a gente tem bem essa imagem marginalizada e criminalizada relacionada à droga, né? Quando a gente fala em Redução de Danos, né? E quando a gente fala de nossos corpos trans, muitas de nós... Eu mesma, eu tenho 40 anos de idade e comecei a tomar hormônio com 16 anos de idade. Comecei a fazer essa automedicação, eu tomava Gestadinona na época, que é um hormônio que se chamava Gestadinona, um hormônio feminino, e eu tomava de 3 em 3 dias. E eu não sei como não... De 3 em 3 dias pra que meu seio saísse, saísse e meu seio não saía. Fiquei feminina, eu tinha corpo, fiquei feminina e isso continuou. Porque naquela época a gente não tinha ambulatório trans, a gente não tinha esse acompanhamento médico que hoje é vantajoso, mas ainda é falho, tem suas falhas. Porque a lista tá sempre cheia de acompanhamento. A gente sabe que quando a gente tem essa demanda de transexuais que querem fazer esse

acompanhamento médico, não é tão fácil. É... tá sempre cheio... E é passagem pra ir, é muito mais fácil chegar na farmácia e comprar um hormônio injetável, né? Que não deixa de ser uma droga dentro do meu corpo que vai atacar o meu fígado, vou ter problema com isso, uma trombose, um derrame, né? Então, a maioria das transexuais não têm consciência desse uso abusivo de hormônio, né?

Interlocutora M: É tão simples perguntar como você gosta de ser tratado. A pessoa vai dizer... E isso você começa a criar um vínculo.

Interlocutora E: Um relato que ficou dentro da minha cabeça, da última fala dele, de um cara... Inclusive, eu falei numa fala minha recentemente dessa fala, de um cara tá vendendo água, trabalhando, e ser espancado pela polícia e tá grávido, e ali... Sangra, e vai pro sistema prisional, e ninguém sabe como trata esse cara, deixa esse cara nu... Que violência com esse corpo, né? Por ser homem trans. Então você já se viu nessa qualidade, você já se imaginou, mesmo você sendo um psicólogo, tu dar um rolê e uma abordagem policial, do jeito que eu não notei, que não é um problema, tu leva dois tapa na cara, “Cabra safado, *pa*”, e aí?! “Ai, eu sou um homem trans!” (risadas). Eles não vão ter uma leveza com você. Eles não vão respeitar o teu gênero, porque é o papel da polícia, sim, de trabalhar e de saber tocar os nossos corpos, mas não de nos massacrar porque somos corpos trans, viemos de comunidade, né?...Porque não só existe eu, Interlocutora E, mulher de pau, né? Mas existe homens trans também...

Fonte: Autora, 2024

Acima vemos diálogos que apresentam em si o princípio da ética travesti, que aqui orientada com os princípios da Redução de Danos é capaz de propor uma reflexão ética no cuidado. Isso nos mostra que a partir de suas experiências enquanto pessoas trans, elas conseguem estabelecer uma ideia de cuidado e empatia com os outros, pois entendem de forma empírica como o estigma e a falta de escuta geram sofrimentos e impedem a produção de cuidado.

Vemos também um diálogo que fala sobre como existe uma mínima compreensão em relação aos homens trans, quando se cita o caso de um jovem que pode ser espancado pela polícia e que, de repente, pode ser um homem trans que esteja grávido. Esse tipo de cena, apesar de comum na vida de homens trans, é ainda uma realidade que a nossa sociedade se nega a perceber. Existe uma sub representação dos homens trans na nossa amostragem e não existe

nenhum contratado para Redução de Danos em Recife, o que nos evidencia novamente o cislêncio sobre isso, como forma de negar a existência e a urgência de se falar sobre homens trans e outras transmasculinidades.

No diálogo sobre cuidado e Redução de Danos, surgiu uma questão controversa e que visibiliza uma questão que muitas pessoas tendem a ignorar, que é a contradição que existe para corpos excluídos socialmente e a forma como a marginalidade e a vulnerabilidade se tornam um lugar de acolhimento. Em alguns momentos, o vínculo afetivo com a substância ou o local de uso se torna difícil de ser percebido pelo sujeito, pois a mesma substância que produz danos, também se torna o lugar afetivo de acolhimento e cuidado. O local onde é feito o uso também se torna o mesmo lugar onde estão seus amigos e amigas e onde há cuidado e acolhimento. Tanto a micropolítica do cuidado, como a ética pajubá, mencionadas anteriormente, são importantes, e podem ser compreendidas como um horizonte crucial na experiência das interlocutoras, enfatizando a importância da empatia e da compreensão das vivências e realidades dos corpos vulnerabilizados.

Quadro 5 – Trechos sobre uso de drogas e acolhimento

Interlocutora M: É porque na visão das pessoas, as pessoas só apontam, né? Porque é usuário de droga. Mas a droga, infelizmente, ela é acolhedora. É na droga que eu vou, assim, que eu vou chorar, que eu vou me sentir bem, que vai me dar prazer, né?

Interlocutor R: E outras coisas, tipo, quando toda uma sociedade chuta você e discrimina a você, você encontra abrigo nas coisas mais... Na droga, no crime, tá ligado? Sobrevivendo no sistema, sabe? Tô respondendo processo, então, tipo assim, isso são coisas que muitas pessoas não têm esse acesso, saca? Você transiciona, você faz várias paradas e tipo, quando você passa certas violências, é só na droga que você encontra uma paz. A gente chega lá no fundo do poço e é só lá que a gente, tipo, tem essa consciência de voltar, véi, e muitos não têm essa consciência. Muitos não sabem o que tão fazendo, não sabem o que é Redução de Danos...

Interlocutora F: Eu bebo, então, tá entendendo? Então, como é que se diz? Quando eu caí na rua, eu conheci várias pessoas que não tinham apoio de família e eu conheci a rua como apoio. Mas a rua deu a elas o apoio, ensinou a elas a viver a vida como a rua é, tá entendendo? Eu não caí na lábia da rua, mas eu vi muita gente chegar antinho e virar um marginal. Eu vi muita gente que não usava droga, usar droga... Vi muita gente

que usava droga e depois traficava droga, tá entendendo? Vi muita gente que começou, saiu de família, começou a traficar droga e começou a ser até preso por causa da droga, porque eles não sabiam tanto que aquela droga poderia causar ele a partir do momento que ele fosse vender. Ele pensava que no dia que ele ia ter uma renda, porque não podia ter em casa, porque não podia sair vestido de mulher, porque não podia isso e aquilo, então a rua é minha mãe, a rua é meu pai, tá entendendo? Então eles conheceram a rua como a mãe. A rua é a mãe, a rua é o pai. Hoje em dia mesmo tem muitas pessoas que passam no meio da rua e faz assim: “Mãe, tudo bom, Mãe?” “E aí, é mãe!” É mãe que fica ali. Mas eu ... O meu espaço de mãe não me envolvendo com eles Mas sim porque eu tô sempre ali sentada e eles passam “E aí, tudo bem?”

Interlocutora C: É importante a Redução de Danos porque a Redução de Danos é uma técnica de autocuidado para cuidar da vida das pessoas, a gente sabe que tudo em excesso faz mal, certo? Tudo em excesso faz mal então a Redução de Danos ela é fundamental porque todo ser humano usa droga, uns usa droga ilícita, outros usa droga ilícita, por exemplo, tem pessoas que adoram o cannabis que é uma planta medicinal, é uma planta que foi criminalizada, certo? Mas existem outras drogas que são perigosas, pois café e açúcar é muito perigoso

Fonte: Autora, 2024

Esta fala da interlocutora aponta tanto uma denúncia como uma provocação, que nos faz questionar qual acolhimento é possível com a substância. Essa fala, sobre a droga ser acolhedora, nos auxilia a compreender também como muitas vezes a droga é o único lugar que ainda produz acolhimento, onde então se esgotou esse acolhimento que a pessoa deveria ter. Afinal, somos seres sociais, e para viver em sociedade precisamos de ter uma vida afetiva possível. No caso de travestis, prostitutas e pessoas vivendo nas ruas, temos uma realidade marcada por exclusão social na família, na educação, no trabalho, além do abandono do Estado. Essas pessoas enfrentam discriminação generalizada e os espaços que existem na cidade não recebem esses sujeitos. A saída muitas vezes é encontrar acolhimento entre os pares, entretanto muitas vezes também é onde se conhece o crime organizado e se acaba no sistema penal. Nesse contexto, a Redução de Danos, centrada no cuidado entre pares, ganha lugar importante, nas disputas sobre qual o tipo de acolhimento que a rua pode proporcionar.

Vemos que a primeira compreensão e contato que algumas pessoas tiveram com a ideia da Redução de Danos, foi através de suas experiências pessoais na tentativa de ter uma relação

mais saudável com o seu próprio uso ou ver menos pessoas sofrendo por conta dos efeitos da substância e da guerra às drogas nos territórios.

As falas a seguir nos revelam outra realidade, que é a dos próprios sujeitos que vivenciam os ambientes de vulnerabilidade se organizarem para produzir e promover o cuidado, no lugar que mora.

Quadro 6 – Trechos sobre estratégias de RD e promoção de cuidado

Interlocutor R: Mas... Assim, eu conheci a Redução de Danos também, antes da Escola [Livre de Redução de Danos], na favela mesmo. Eu sou do Ibura e lá, eu morava numa rua que era vila, e a vila é... Era uma vilinha fechada e atrás dessa vilinha o tráfico aberto e tal e tinha uma casa lá que a galera chamava ratoeira e a galera ia pra lá pra usar o crack e tal, fazer esse super uso. E aí não tinha ninguém nem nada e a gente via a galera passar mal, via a galera muito mal e a gente sempre ajudava, né? Desde tipo, assim da adolescência e pan, foi quando a gente chegou... Tipo, pra militância e pá, quando eu conheci a Escola Livre, aí eu fui ter uma noção de que isso era Redução de Danos e aí através disso a gente começou fazer as parada. As ação todas as parada.

Interlocutora F: A conhecer? Eu conheci assim, através das minhas amigas que a gente conversava muito e quando a gente conversava muito falava que... Em moderação de bebida, falava em termos de... Em questão do álcool, que eu gosto de beber. Não sou viciada totalmente no álcool, né? Mas todo final de semana eu tenho que tomar minha cerveja. Então ela dizia assim: “Mulher, reduz mais um pouco essa bebida porque tu pode até vir a se prejudicar, porque tu bebendo demais... Tu pensa que é só droga que prejudica, é?” Agora eu não sou de beber a semana todinha, mas um dia que eu beber, eu bebo pela semana todinha. Não tomo um copo d'água, tá entendendo? Não procuro tá com uma garrafa d'água, tomando cerveja e tomando água, tá entendendo? Não procuro comer menos coisa gordurosa, procuro comer tudo que danifica. Aí eu depois, de passar um tempo, aí ouvi falando sobre Redução de Danos quando foi agora, esse movimento quando tinha acabado, que tu viesse falar, eu disse: “Eu vou entrar porque realmente eu preciso saber mais ou menos o que é que é isso, porque como pra mim só era droga...” Porque realmente, a bebida é uma droga, a bebida é uma droga, é... A coca-cola é uma droga, né? Eu acho que até o óleo, ele é uma droga, se você botar demais ele é uma droga. O homem, ele é uma droga se você usar ele muito.

Interlocutora F: Não tenho nenhuma formação sobre Redução de Danos e tenho

formação com a vida. A vida me fez eu aprender o que é Redução de Danos. Entender o que é Redução de Danos, porque até então eu não tinha essa noção.

Fonte: Autora, 2024

Como já debatemos, o cuidado entre pares é um princípio que se manifesta nos diálogos acima, ou seja, os próprios sujeitos que possuem estratégias de cuidado entre si. Essa perspectiva orientou a Redução de Danos no Brasil ao incluir as travestis que se prostituem, a população de rua e as prostitutas em geral na execução e reflexão do trabalho, estabelecendo a estratégia de colocar o usuário como protagonista. Esse enfoque se alinha com as ideias de Merhy e Feuerwerker, que destacam a micropolítica do cuidado, já mencionada em outros momentos como ferramenta essencial para estabelecer uma relação eficaz entre o trabalho e o produto final.

Sara York et al (2020), que propõem que muitas vezes, pessoas trans, são atingidas pelo abandono de si mesmas. Esse termo descreve as dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans para manter uma continuidade em suas vidas, e muitas vezes essas dificuldades provocam abandonos. Nos trechos da tabela acima, vemos algo na contramão disto, pois no lugar do abandono criou-se uma ideia coletiva de cuidado, como uma forma de não sucumbir a realidade e transformá-la, mesmo com pouca compreensão sobre cuidado e saúde.

No relato do Interlocutor R, observamos que mesmo antes de compreender a Redução de Danos, ele já praticava ações de cuidado em sua comunidade. Essa prática se liga à ética travesti, pois demonstra como uma pessoa trans, dentro de sua comunidade, pode agir e oferecer cuidado com base em suas experiências compartilhadas, a partir da demonstração de empatia e compreensão das vivências e realidades a partir dos corpos trans e travestis em seus territórios.

A ética travesti, mencionada por Sofia Favero (2020b), emerge como um horizonte que reflete sobre a dimensão ética e crítica do cuidado. Nessa experiência, a empatia e a compreensão das vivências e realidades dos corpos trans e travestis vulnerabilizados são fundamentais. Travestis e pessoas na prostituição vivendo nas ruas enfrentam uma exclusão social marcante, onde falta apoio e os espaços na cidade não acolhem, levando-os a encontrar acolhimento entre seus iguais.

Os relatos sobre as ações de cuidado evidenciam como a prática e o conhecimento teórico se misturam, destacando a importância das ações coletivas na promoção do cuidado, além de como estar no território afeta e comunica urgências para quem vive nesse local. A ética Pajubá ou a ética travesti destacam a capacidade das pessoas trans, dentro de suas comunidades,

de agirem com base em suas experiências, promovendo cuidado, empatia e compreensão das realidades compartilhadas.

4.3 COMPREENSÕES SOBRE TRANSFOBIA POR PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

Por fim, neste último eixo analítico, temos as reflexões sobre expressões de transfobia no discurso das interlocutoras. Historicamente, o corpo trans e travesti é desconsiderado como capaz de exercício intelectual e jamais configura-se como autoridade, sendo percebido como uma possibilidade de gênero anormal. Essas identidades enfrentam estigma sociomoral, violências e vulnerabilidade social, resultando em um silenciamento epistêmico. A legitimidade epistêmica, especialmente em campos como a medicina, o direito e a religião, contribui para a subjugação e desqualificação das epistemologias trans, como evidenciado pela patologização da transexualidade. Essa violência epistêmica priva as travestis do conhecimento sobre si mesmas e sobre seus gêneros (DEMÉTRIO; BENSUSAN, 2019).

Destacamos também as importantes contribuições de Sara York et al (2020), que demarcaram que nos debates intelectuais, certas palavras são usadas para silenciar a voz das travestis antes mesmo de elas falarem. Sara, Bruna e Megg destacam ainda que ao compartilharem sobre suas vivências, pessoas trans e travestis são rotuladas como vitimistas, ou como pessoas dignas de pena, como forma de deslegitimar o que é dito. Essas ações contribuem para dificultar qualquer possibilidade de escuta de suas vozes.

Na contramão disso, neste primeiro momento vamos ver uma lista com trechos de experiências onde a transfobia se manifesta por um certo abandono.

Quadro 7 – Trechos sobre transfobia

Interlocutora E: Porque até então a gente fica jogada numa esquina e ninguém procura saber como é que a gente tá, o que a gente tá passando ou deixa de passar, tá entendendo? Pra elas, até elas mesmas, elas imaginam que a gente tá ganhando milhões ali [falando sobre prostituição]. Não existe milhões. Não existe. Existe porque aquele dali é seu trabalho, infelizmente aquele dali foi o trabalho que ficou pra você na vida. Tá entendendo? E é uma oportunidade que estão lhe dando, que a rua abriu a porta e lhe deu. Tá entendendo? Não é que você não tenha capacidade pra você fazer outro trabalho. Você tem até [intenção], mas não tem a chance.

Interlocutora F: Não vou dizer assim, sem ter ficado [vaga de emprego]. Eu gostaria de ter ficado, porque a gente que vive na rua, a gente quer sair desse mundo. Eu já tenho 32 anos de prostituição. São 32 noites de anos e anos. Muitos anos, contando de 12 meses. São muitos anos novos. São muitos anos novos. Já teve dia de ano novo de eu estar... Enquanto todo mundo tava rompendo, eu estava na prostituição, porque eu não tinha dinheiro pra vestir uma roupa, não tinha dinheiro pra tá no meio dali, das pessoas, tá entendendo? São realidades que as pessoas não contam, mas eu poderia pegar uma faca, assaltar, pegar, me trancar, usar droga, mas eu sempre fui forte. Sou uma pessoa forte e sou fraca também, porque não existe ser humano que não seja tão forte que um dia não chore. Não existe pessoa que seja tão fraco que um dia não dê uma gargalhada, tá entendendo? Então eu acho que, na minha concepção, eu digo uma coisa a você, sobre essa Redução de Danos, a gente precisa de trabalhar, de trabalhar... Para tentar trazer algumas pessoas que estão no meio do mundo precisando da ajuda da gente, precisando de ser orientado pela gente, de ser trago para uma realidade que eles não estão enxergando, porque se continuar do jeito que está, vai ser trágico, vai ser trágico! Muita gente ganha em cima disso, muita gente ganha em cima disso! Eles gostam dessa situação! Eles gostam da menina ali que foi morta por causa de uma dor de vida de droga, eles gostam daquele bêbado que tá caído ali no chão porque o bar ganha dinheiro com isso porque o bêbado caiu e porque o bar vendeu a bebida. Se o Bar vendeu a bebida, é a bebida que tá na televisão passando.

Interlocutora F: Eu vestia uma roupa, eu botava uma camisa de botão, botava uma calça, por dentro eu botava a saia e botava uma blusa da minha tia. Então saía, chegava num negócio de editora que tinha uns buracos enormes, por trás eu botava aquela roupa de homem escondida e eu ia para prostituição para comprar um pó [de maquiagem], porque chegava a época de eu querer usar um pó, eu não tinha um dinheiro pra comprar um pó. Sabe o que eu fazia? Eu botava café misturado com trigo, vê, café misturado com trigo, eu escurecia e botava no meu rosto. Porque eu não tinha dinheiro pra comprar um pó, então eu disse: “Minha mãe não vai me dar um pó. Meu irmão não vai me dar um pó”, aliás, meu tio porque não tenho um irmão, eu não tenho um, mas foi criado com minha avó, então eu considerava que nem meus irmãos. Então, meus tios não vão me dar um pó.... tio nenhum não vai me dar um pó, então meu pó vai ser esse, café com trigo. Eu misturava e botava. Pegava o resto do ... que eu havia jogado no lixo e botava na minha bolsa pra... Eu disse “Não, não quero isso pra mim. Eu vou atrás,

alguém vai me dar atrás”. Até que eu conheci uma amiga minha que disse assim: “Vamos pra a rua?” Aí eu disse: “Oxente, vamos pra a rua”. Passeando na rua, saí com o homem, o homem me deu o dinheiro e eu disse, “Eita, vou comprar meu pó. Vou colocar o batom”. Daí despertou a minha prostituta e despertou “Aquilo que eu não consigo, eu vou conseguir aqui”. Pronto, ali, minha maquiagem, minha roupa, isso e aquilo, até um dia eu não dizer: “Eu sou isso, eu sou isso, é isso mesmo, não tenho que sair vestida, porque eu que saía, eu que encarava.”

Interlocutora C: Justamente. Ninguém contrata a gente. Porque a gente é travesti, ninguém contrata. Então a gente tem que fazer... Tem que dar para sobreviver, né? Fazer do uso do corpo, não é?

Interlocutora F: E sobre ser profissional do sexo que eu trabalho. Não é uma profissão que eu gostaria de estar pela minha vulnerabilidade, porque eu já tenho 48 anos, daqui a pouco eu estou com 50. Gostaria de emprego e estabilidade, gostaria de estar trabalhando.

Interlocutora F: A gente, pra eles, só tem a capacidade pra se prostituir. Porque até então, nós somos pessoas que, eles gostam de usar a gente. Eles gostam de encontrar a gente na prostituição.

Interlocutora F: Então eu vim aqui falar sobre isso, sobre a minha parte. Que esse dano faz parte da minha vida é a prostituição. Que eu quero sair dela. Eu quero ganhar meu dinheiro como qualquer pessoa ganha. Eu quero, no final do mês, chegar ali e ter meu salário.

Fonte: Autora, 2024

O efeito da transfobia nos corpos trans promove aceitação do seu papel subalterno. As repetidas agressões do Estado, da família e a exclusão constante do mercado de trabalho acabam sendo estruturais nos processos de subjetivação das travestis. A ideia de subalternidade e violência como aspectos naturais e inerentes à vida em sociedade acaba se naturalizando, a ponto de percebermos na tabela acima uma perspectiva de que não existe muita saída e que ainda existe uma expectativa dos outros de que a vida na prostituição é rentável, ignorando-se as vulnerabilidades constantes que essas mulheres são submetidas. Sara York et al (2020) problematizam isso, destacando que a mesma miss que ganha concurso, está desempregada na prostituição, pois ocupamos posição de destaque ao mesmo tempo que nossas vidas são

precarizadas e subalternizadas, ao mesmo tempo em que há a visão cis-falica-sexista que olha de forma folclórica para a travesti que se prostitui.

Essa fala escancara o que Jesus (2013) destaca ao propor que, historicamente, a população transgênero, incluindo travestis e pessoas transexuais, enfrenta estigmatização, marginalização e perseguição. As pessoas trans vivenciam um cotidiano marcado por preconceito e desrespeito aos direitos fundamentais, como o direito a construir uma família e a ter um emprego.

Essa falta de empregabilidade tem a ver com a compreensão desumanizada sobre os corpos trans e travestis, pois somos vistas como desprovidas de conhecimento. Isso nos remete ao debate de Demétrio e Bensusan (2019) sobre direitos epistêmicos, destacando que o saber epistêmico é construído por grupos específicos em determinados lugares. O conhecimento de Brenda Lee, travesti, prostituta e Anja da Guarda das travestis, foi moldado por suas experiências no território, como evidenciado pelo Palácio das Princesas. A população trans e travesti é frequentemente excluída do papel de produtora de conhecimento, refletindo a subjugação histórica de suas identidades.

Outro ponto que a pesquisa aponta é a falta de apoio emocional/psicológico e o abandono familiar, como uma expressão também da transfobia. Nos trechos a seguir, selecionei duas falas que evidenciam isso:

Quadro 8 – Trechos sobre transfobia (complementar)

Interlocutora F: Então eu acho que a família é a base de tudo. Se você tem família, você não cai na rua, e às vezes eu tenho que ficar na rua. Na minha época a gente roubou, porque não tinha espaço pra nada. Hoje em dia tá muito bem aberto pra tudo, tá entendendo? E ainda tem as barreiras, como eu tava dizendo, conversando com o amigo ali, Daniel, eu falei, “Tem um muro de Berlim entre a gente. Tem um muro de Berlim entre a gente. Esse muro não foi derrubado pra gente. Ele foi quebrado porque alguns passam, mas que outras não conseguem passar”, tá entendendo? Então, umas passam pelo muro de Berlim, outras não conseguem passar. Graças a Deus, para aquelas que passaram e para aquelas que estão do lado de cá que estão tentando passar. Mas existem as pessoas que estão do lado de lá que não dão espaço para você. Não dão espaço para saber “Quem é você?”

Interlocutora F: [Falando sobre uma amiga]. E outra, ela não dormia porque ela tinha uma intenção, [mas] porque quando ela era mais nova, o padrasto dela não deixava ela

entrar dentro da casa dele vestida de mulher, ela pra almoçar no domingo com a mãe dela, ela tinha que almoçar vestida... Tinha que botar um chapéu, prender o megahair, botar o chapéu, com o peito grande, botar uma blusa de homem e se sentar pra almoçar. Ela dizia: “Eu vou comprar uma casa pra minha mãe porque eu vou almoçar com minha mãe num dia de domingo como eu quero, e quando ele vier dizer pra mim que eu não vou almoçar com ela, eu vou dizer a ele: você vá almoçar sozinho na sua casa, porque hoje em dia ela tem uma casa pra ela, pra almoçar e ela deu a casa a mãe dela”. Mas ela não conseguiu almoçar com a mãe dela.

Fonte: Autora, 2024

Essas falas evidenciam como a exclusão da família é um ponto fundamental na exclusão social de pessoas trans e travestis. O estigma social é tão grande, que até mesmo familiares que convivem com as pessoas trans e travestis são incapazes de compreendê-las e acolhê-las, fazendo com que, muitas vezes, ir para as ruas e para vulnerabilidade seja um destino quase como predestinado. Sara York et al (2020) lembram que as corpos trans e travestis são axadrezados no jogo da vida, pois somos colocadas como peças que ocupam lugares hierárquicos, através de um localizador binário de homem e mulher e nada mais.

Por fim, trago os trechos a seguir que promovem uma reflexão sobre a realidade que pessoas trans e travestis vivem ao estarem em situação de vulnerabilidade, ao precisar dos equipamentos do Estado ou até mesmo dentro de seus empregos. Situações de transfobia são cotidianas, até mesmo dentro da família ou dos relacionamentos afetivos.

Quadro 9 – Trechos sobre repercussões da transfobia

Interlocutora C: É o cansaço da noite. É. Na rua eu passei um, dois meses, mas eu sofri muito. Como mulher trans, transgenitalizada, muitas vezes eu fiz xixi na roupa porque eu não tinha condições de fazer xixi, porque uma coisa é a gente ser uma mulher transgenitalizada e outra coisa é ser uma mulher trans não transgenitalizada. Então a gente não tem condições de conviver na rua. Eu quero dizer que também na rua eu sofri muito, ameaça de morte, tive que passar 30 dias foragida de Recife, que eu sofria ameaça de morte, perdi três celulares e como eu disse à Interlocutora M, o meu maior constrangimento na rua, eu passei dentro do abrigo em Irmã Dulce, quando uma equipe de saúde foi fazer uma ação lá no abrigo... Na época, eu não tinha o nome retificado... Eu tinha um cartão do Hospital das Clínicas que tinha os dois nomes.

Interlocutora C: Eu passei dentro do abrigo Irmã Dulce, ao lado de um carro de consultório da rua. Que foram fazer uma ação lá. Eu estou dizendo que eu fiz o exame e não fui receber o exame. Por quê? Porque eu tinha o nome social. Hoje eu não tenho mais nome social, mas na época eu tinha o nome social e chamaram pelo outro nome. Aí, eu fiz o exame, até hoje, tá na Secretaria de Saúde, se não rasgaram. Eu nem fui buscar e nem vou!

Interlocutora E: Mas mesmo assim, te interrompendo, mas isso não aconteceu só com você. Aconteceu comigo em uma clínica particular. Eu vou fazer um exame de investigação de glaucoma, eu entro, quando eu termino de tirar o raio x dos olhos, aí eu vou perguntar pra menina do balcão, aí eu disse: “A minha volta pro meu médico é aonde?” Aí eu dei meu RG, o meu SUS, aí ela olha pra minha cara e foi aí minha raiva toda, aí ela olha e disse: “Ah, eu não quero saber se a senhora é ele ou é ela, não é aqui não. Volte pro seu médico!” E aí o rapaz de lado olhou assim pra ela, aí eu pego meu RG e saio. Quando eu saio da clínica, eu volto... Que cagada que eu dei! Porque era pra eu ter voltado e ter filmado ela e ter feito uma escarcel!

Interlocutora M: As pessoas têm que olhar pra mim, ver uma identidade feminina, o corpo feminino, e dizer assim... “É ela. Não é ele, é ela. É ela”. “Ah, ô, fulano!”, Puta que pariu, tás vendo um homem aqui? Tás vendo um homem aqui? “M, como é teu nome?”, “M. É meu nome civil agora. Não tem mais fulano de tal”. Perguntem a mim, olhem pra mim. Você tá vendo, tá vendo um bofe aqui? Tá me vendo com cara de homem? Não, então, porra, é ela! É ela, porra! Não tenta dizer que é ele, não! É ele só porque eu tenho um pinto no meio... Posso nem chamar palavrão, né? Tu entendeu? Todo mundo me respeita. Então isso pra mim, isso pra mim não tem, não tem dinheiro que pague. Não tem dinheiro que pague porque foi uma coisa que eu conquistei. Eu fiz o meu nome, eu fiz o meu respeito, eu conquistei o meu espaço. Como mulher travesti preta, eu carrego dois pesos, por ser travesti e por ser preta, mas nenhum nunca nem me ofendeu, nem verbalmente, nem fisicamente, nunca, nem ele, nem ela com o sobrefeito, ando com celular, com bolsa, com tudo, “M!”, “Oi, Meu amor, oi, meu lindo!!”, sempre fui assim então eu conquistei meu espaço, né?

Interlocutora E: Nossa voz é muito forte, eu tenho uma voz muito forte, tanto que recentemente um assistente social fala, eu vou fazer uma formação ProJovem, aí ela faz

uma fala transfóbica, ela diz assim: “Cuidado quando você for falar com jovem pra você não assustar o jovem”. Aí aconteceu o que aconteceu com [nome], “Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete...” Aí eu disse pra ela, eu disse, “Como é que eu vou assustar os jovens? Se eu, meu corpo trans, tem várias dentro dessas escolas e eles... Se eu vou fazer essa formação, como é que eu vou assustar eles? Eu sou um monstro? Não, eu sou uma educadora social e eu tenho que formar essa turma”. Então eles têm que entender que uma travesti é isso. É uma voz grossa, é uma desconstrução de gênero, né? Então, como é que eu vou assustar? Só porque você é uma mulher cisgênera, você é uma coordenadora e você não vai assustar? Talvez você assuste, não eu, porque eles já sabem porque a TV fala, o telefone fala, o sexo que mais vende é o nosso, porque o que mais vende é a pornografia trans. Então, ela diz pra mim que eu vou assustar essa turma! Aí eu entro dentro do sindicato dos bancários, quando eu olho, só [pessoas] de 18, 20 anos. E aí a primeira coisa que eu faço, “Boa tarde, meu nome é Interlocutora E, eu sou educadora social e eu quero fazer uma pergunta a vocês: vocês estão assustados com minha presença aqui?” Aí a galera disse não, “Então eu posso começar a formação?”, “Pode, senhora”. Aí eu me sento e começo a falar sobre Redução de Danos, sobre gênero, sobre prostituição, sobre PreEP, porque a galera tem conhecimento porque o índice maior de HIV e AIDS, é com a população jovem. Não é mais com nós LGBTQs. A gente tem que desconstruir isso, né? Porque a gente anda com essa taxa de AIDS na gente.

Interlocutora C: De consideração! Porém, esse processo [transição], ele foi muito difícil pra mim porque eu perdi mais de 10 amigos, que na verdade não era amigos. Me levou a morar na rua, durante um a dois meses na rua, certo? E depois da cirurgia, um ano e meio, eu conheci um rapaz, a gente foi pra praia de Boa Viagem, tomou banho de praia, uma cerveja, foi pro motel. Homem excelente, o pós ação, tudo excelente. Agora, o que eu não gosto de homem é que ele é machista, possessivo e muito dominante. Até quando eu comecei a pesquisar o outro lado e hoje com muito orgulho a minha companheira é uma mulher cis.

Interlocutora M: É, mas é... É! Eu não tenho desejo nenhum, pra onde eu vou eu digo, não tem problema nenhum não. O que às vezes é doloroso pra gente que tem neca, é que sempre vão nos tratar como ele. Simplesmente por ter um pau no meio das pernas e não é um pau que vai fazer menos ou mais mulher, entendeu?

Interlocutora C: Passei um ou dois meses em situação de rua e com muita dificuldade pra gente que é uma mulher trans transgenitalizada e pra rua é muito difícil, porque a gente tem dificuldade pra fazer xixi ou no caso urinar, porque existem muitas coisas, necessidades fisiológicas. Urinar, fazer xixi, mijar, quer dizer, essa é a unidade popular que a gente encontra, a gente tem muita dificuldade porque em Recife não existe banheiros públicos e quando tem o banheiro público ele não fica 24 horas aberto, a gente tem muita dificuldade na rua, certo?

Fonte: Autora, 2024

Relatos como esses nos escancaram que quando se é uma pessoa trans, o que você enfrenta na rua ainda é bem desumano e cruel. Não há como usar o banheiro, e isso se demonstra em mais de uma fala na tabela acima, inclusive sobre como o uso do banheiro ainda é mais difícil quando você é uma pessoa trans que fez a cirurgia de redesignação sexual. Além desses casos em que o direito ao uso do nome social é negado em equipamentos públicos, que em tese foram sensibilizados para acolher pessoas trans e travestis, o desrespeito ao nome social é algo que atua na contramão do cuidado, é exatamente no lugar que o vínculo com a pessoa trans é quebrado, quase que instantaneamente vemos que essa política não chega até as pessoas.

Quando você é uma pessoa trans, seus direitos são violados cotidianamente, mesmo dentro de um equipamento público que é orientado pelos princípios da Redução de Danos e da defesa dos direitos humanos, como o abrigo mencionado. Até mesmo dentro de um relacionamento afetivo, dentro do trabalho, em diversas situações vemos ocasiões de desrespeito e que desumaniza o sujeito baseado no fato de ser uma pessoa trans. Isso se conecta com a ideia que esses diversos abandonos e violências produzem nas pessoas trans e travestis um abandono de si e uma naturalização da violência como inerente à vida em sociedade. Parece não existir contato com o mundo sem transfobia, quando você é um corpo trans.

A seguir destaco ainda algumas falas sobre empregabilidade. A exclusão do mercado de trabalho é outra expressão de uma política de morte e exclusão social das pessoas trans e travestis, o desemprego é quase uma realidade universal dentro da comunidade trans, onde ainda nos dias de hoje, segundo a ANTRA, 90% sobrevivem da prostituição e do sub emprego como única possibilidade⁵.

Quadro 10 – Trechos sobre repercussões da transfobia no âmbito do trabalho

Interlocutora F: E isso vai assustando a gente. E aí tá ficando cada vez mais, se você

⁵ Acesso em maio de 2024: <https://antrabrasil.org/2019/11/21/antra-representa-o-brasil-em-audiencia-na-cidh/>

não for forte, você cai numa situação de depressão e você chega até a cometer alguma coisa com você porque você não tem a oportunidade. “Ah, porque...” Não é porque seja melhor do que eu, gostei de usar o perfume dela hoje, mas eu não posso usar, não é porque eu não tenho condições de comprar aquele perfume! Porque a sociedade não me dá a oportunidade de eu comprar aquele perfume, mas também não vou roubar. Amanhã, quando eu me acordar, quando eu me sentir mal novamente, eu vou beber de novo. Até um dia, pra você ser internada, e quando você for internada, morreu com problema que a bebida me causou, uma cirrose, ou alguma coisa, então é muito difícil.

Interlocutora E: Porque a gente não tem a empregabilidade formal e quando a gente vai para essas provas técnicas, ENEM... é um problema, né? Pra gente. Eu fiz duas provas agora, levei bomba nas duas de técnica de enfermagem, né? Numa escola no meu bairro, que não tem nenhum aluno do meu bairro, e mesmo assim... Mas eu tô lá tentando, abrindo esse leque da empregabilidade, mesmo eu trabalhando, mas eu não me sinto segura, né? Então eu tô fazendo curso de libras, continuo investindo na área da saúde, porque é um caminho que eu me identifiquei e eu sei que eu vou derrubar essa porta, porque eu sou insistente. Então...

Interlocutora M: Algumas coisas vêm se avançando muito, mas assim, precisa muito se avançar mais ainda... Principalmente na questão da empregabilidade, porque as pessoas, não, a sociedade em si, acha que os nossos corpos têm que tá na rua. E nós somos vistas como manicure, cabeleireira, maquiadora... Trabalhar com design de sobancelha, entendeu?

Interlocutora E: Porque quantos anos a gente só tem uma pessoa trans, né? No Consultório na Rua, né? E na Redução de Danos e como precursora também da política de drogas, né?

Interlocutora E: Até porque é como eu te disse, no Estado só existem 40 pessoas formadas como Redutores de Danos. Formadas academicamente, entendeu? Então pra Pernambuco a Redução de Danos é uma coisa que chega, não é uma coisa nova, mas uma coisa na política é uma coisa nova. Porque um estado que só tem 40 pessoas formadas academicamente e elas não estão atuando nessa área, nessas áreas. Quem estão atuando são outras pessoas, né? Que você vê, quantas pessoas trans tem aqui, né? Assim de referência, de referência mesmo, né? M., aí vem eu, C., R., como homem

trans, né? F. não tem total experiência dessa vivência política, mas tem vivência da prostituição de relatos de usuários diariamente, no enfrentamento.

Interlocutora E: No meu currículo, eu estou trabalhando, mas meu currículo já está na página Go Recife, botando em outras empresas de serviços gerais, porque independente que se esteja na minha área ou não, eu quero é trabalhar, eu quero é pagar minhas contas. Então eu tenho que estender isso, porque se eu não fizer isso, eu vou voltar pra onde? Pra marginalidade, pra prostituição, e daí eu não sei o que vai acontecer com a minha vida, né? Porque o sistema quer isso de nossos corpos, batam no sistema prisional. E quando ele encontra E., M., com essa potência, e com essa... força...

Fonte: Autora, 2024

Vemos nas falas acima como existe uma compreensão que a exclusão do mercado de trabalho é um dado, uma realidade que as atinge, difícil de superar. Até mesmo quem já está empregado diz que ainda está se especializando e entregando currículos, para outras oportunidades. A falta de empregabilidade produz miséria, pois sem o apoio familiar, a exclusão do mercado de trabalho, tudo por conta do estigma sobre o corpo trans e travesti, faz com que essa realidade seja naturalizada, sendo um dos mecanismos que impulsionam a população trans para a miséria.

Observamos que as falas das nossas interlocutoras refletem as ideias de Jesus (2013), que discute que a população de travestis e pessoas trans, enfrentam historicamente estigmatização, marginalização e perseguição devido à crença na anormalidade de suas identidades. O estereótipo que associa o gênero atribuído ao nascimento à identificação pessoal perpetua a discriminação. O cotidiano dessas pessoas é marcado por preconceito, violações de direitos fundamentais, como o uso do nome social, e exclusão estrutural, limitando acesso à educação, mercado de trabalho e até mesmo banheiros. Essa realidade contribui para a transfobia, evidenciada por percepções negativas estereotipadas e atos discriminatórios, incluindo muitas vezes até ameaças físicas e homicídios,

A compreensão e as experiências em relação à transfobia são universais para essas pessoas, até mesmo dentro de espaços de Redução de Danos essa transfobia se repete, seja com o desrespeito ao nome social, seja com a escassa oportunidade de contratação de pessoas trans e travestis ou até mesmo nos cislêncios presente na construção da política pública e das ações de Redução de Danos. Fica evidente ainda que as pessoas trans e travestis são pensadas no lugar da

vulnerabilidade e miséria, como alvos das ações, mas dificilmente são convidadas para trabalhar ou construir os caminhos da política.

Se a Redução de Danos é uma estratégia de cuidado, por qual motivo a empregabilidade ainda não é um horizonte no cuidado, principalmente de pessoas trans e travestis? Além de ser perceptível que é quase inexistente ações que combatam o estigma em torno de pessoas trans e travestis. Quando se fala de AIDS, isso ainda hoje é um princípio, o combate ao estigma, por compreender que não existe Redução de Danos com produção de estigmas, mas percebemos que existem barreiras ainda no que tange a urgência de combater o estigma sobre pessoas trans. Através dos relatos acima, vemos que ainda é de responsabilidade individual, do sujeito que é alvo de transfobia, em lidar com a própria violência, isso produz na vida das travestis e pessoas trans a sensação de que você é responsável pela violência que sofre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhando para as considerações finais do debate trazido nessa pesquisa, entendo que o debate sobre a interseccionalidade é ponto fundamental, trazendo as experiências de travestis, mulheres negras e pesquisadoras no campo da Redução de Danos, destacando a importância de compreender as múltiplas opressões que afetam pessoas em vulnerabilidade social. A pesquisa resalta que a violência transfóbica e a subalternização, se tornam naturalizadas nas travestis e pessoas trans. Por isso a necessidade urgente de se reconhecer o saber situado e localizado das pessoas trans como forma de desvelar essa realidade.

A contribuição Sofia Favero com a ética pajubá ou, como prefiro chamar, de ética travesti, faz um paralelo com a escrevivência como formas valiosas de construção e produção de conhecimento na pesquisa. Trazendo o feminismo negro para dialogar, para entender o que é essa intersecção de opressões e então compreender as vozes das mulheres negras e também das travestis e transexuais, a minha escrita se propõe a desafiar a normatividade acadêmica com a busca por uma escrita solidária e libertadora, sobretudo para corpos trans, travestis, assim como o meu.

Outro ponto importante que eu trouxe nesta dissertação, é a trajetória histórica da exclusão e violência enfrentada pela população trans e travesti desde a colonização do Brasil, a qual relaciono com a presença dos corpos trans e travestis na construção da Redução de Danos durante a epidemia de HIV/AIDS.

Falo também da ditadura militar e da perseguição policial direcionada especificamente às travestis, pois são fatos fundamentais para compreendermos como a epidemia da AIDS se relaciona a uma epidemia de transfobia, e com a ausência de representatividade e oportunidades para pessoas trans e travestis no mercado de trabalho formal, na política e na cultura.

Elementos históricos contextualizam que a discriminação e o racismo são elementos que influenciam a realidade enfrentada pela população LGBTIA+, onde ainda nos dias de hoje as que mais morrem dentro da comunidade ainda são as trans e travestis negras. Afirmo então a importância de se construir memórias para compreender a luta e resistência dessas comunidades. A impossibilidade de construir memória e história é uma violência epistêmica imputada à comunidade trans, onde lhe roubam até as suas próprias histórias, o que apresento como violência epistêmica etransepistemicídio.

Outro ponto que trago neste trabalho, é a invisibilização das travestis na história do combate à epidemia de HIV/AIDS, que fica evidente quando vemos o pioneirismo de Brenda Lee. Essa invisibilização, ou invisibilidade, nos desvela o transpistemicídio, que apaga os saberes trans e travestis. Para enfrentar essa violência devemos também nomear e valorizar os saberes das travestis, das pessoas pretas e das mulheres. É crucial avançar em políticas públicas para se construir um conhecimento mais amplo, que considere um mundo diverso e múltiplo. Essa violência contra as pessoas trans e travestis se manifesta através do silêncio, a não nomeação, faz com que nossa sociedade não se mova para transformar a realidade das pessoas trans. Chamei então esse mecanismo de cislêncio, enfatizando que esse é o silêncio das pessoas cis em relação às situações que desumanizam e perpetuam a invisibilidade da comunidade trans.

Também afirmei que a minha experiência pessoal, como uma psicóloga, travesti e usuária de drogas é compartilhada, aqui como um fio condutor, que as ideias aqui expostas se articulam com minha experiência pessoal.

A Redução de Danos no Brasil cresce durante a epidemia de HIV/AIDS e serve de base aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), um projeto de saúde coletiva e pública. A importância de se reconhecer as travestis como construtoras de políticas de Redução de Danos é necessária, desafiando a invisibilidade social, convidando para que o silêncio seja quebrado.

As construções do saber das travestis na ciência é presente no texto, com ênfase na evolução dos estudos trans ao longo das décadas, trazendo também a ética pajubá ou ética

travesti, como outro norteador do trabalho em Redução de Danos, destacando as tensões e desafios enfrentados por corpos trans e travestis. As epistemologias travestis existem e devemos legitimar esse conhecimento, apontando as barreiras da transfobia na sociedade brasileira e trazendo esses saberes como possibilidades de conhecimentos que podem romper com a exclusão desses corpos.

Destaquei também que as tecnologias de cuidado e a ética travesti são fundamentais. A importância de se repensar a abordagem centrada no corpo biológico em detrimento da compreensão do contexto político e social do sujeito. Essas tecnologias leves de saúde propõem uma visão mais ampla, enfatizando a micropolítica do cuidado. A aplicação desses conceitos é crucial para se compreender a Redução de Danos construída pelas pessoas trans e travestis.

Então na contramão da marginalização da população trans e travesti, o foco da RD desde a epidemia de HIV/AIDS, tem sido também combater o estigma da transfobia. Assim como as iniciativas em Pernambuco nascem também com o Programa Atitude, buscando abordar o consumo de drogas e seus impactos sociais, proporcionando um espaço de cuidado e escuta. Vemos que as questões em torno das drogas, trazem um debate social na sua centralidade. Tanto a miséria, quanto a transfobia e as IST/HIV são fatores de riscos que fazem parte do debate político da construção da Redução de Danos. A substância, ou apenas o HIV, não são em si a questão, mas sim a compreensão do que o HIV ou as drogas produzem na vida de pessoas em situações de vulnerabilidade, que impulsionam esses corpos para a miséria.

A partir desse cenário desenhado foram feitos três encontros presenciais com as pessoas trans e travestis que trabalham ou já participaram de algum projeto sobre Redução de Danos em Recife. Desses três encontros, conclusões importantes para a pesquisa vieram à tona, em especial ligadas à intenção de se compreender o que essas interlocutoras e interlocutor compreendem sobre Redução de Danos, cuidado e transfobia, e sobre como essas questões se articulam com a vida delas. Escolhi distribuir as falas dessas pessoas nos seguintes tópicos: Redução de Danos, cuidado, e transfobia.

Minha intenção inicial era a de alcançar o número de 10 pessoas com quem eu pudesse dialogar, porém encontrei apenas duas pessoas contratadas na cidade de Recife para a função de redutores de danos. Assim, logo no primeiro momento, vi que a empregabilidade de pessoas trans nessa área é quase inexistente, e que se olhando para homens trans ou pessoas transmasculinas esse número ainda se reduz a zero. Isso me possibilita afirmar que a educação entre pares é um ponto frágil da política pública em Recife.

Na análise sobre Redução de Danos, observei, que as pessoas trans que participaram da pesquisa possuem uma evidente compreensão sobre o que chamamos de micropolítica do

cuidado, além de uma compreensão em relação à importância da autonomia do sujeito. Ao falarem sobre acolhimento e os limites do cuidado, as interlocutoras e o interlocutor destacaram a importância de se ouvir o limite do outro e o respeitar, pois compreendem que a construção do vínculo é um processo inicial para a relação a longo prazo com o cuidado de si. Esses pontos foram ressaltados como princípios fundamentais nos diálogos. Destacaram a importância de se estabelecer vínculos antes de abordar questões de saúde, reconhecendo novamente a centralidade da autonomia do usuário e da importância do vínculo nesse processo.

Já nas percepções sobre cuidado, a perspectiva micropolítica do cuidado é percebida novamente, destacando a importância do acolhimento na construção de cuidado com pessoas em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, outra realidade que se mostrou é de que por muitos momentos o lugar de acolhimento e construção de vínculo que o sujeito em vulnerabilidade tem é o lugar do uso da substância, o que se escancara quando essas pessoas não conseguem encontrar acolhimento em outros lugares, demonstrando um abandono tão estrutural que a substância que produz danos, também é o lugar onde se constrói afetividades.

A ética travesti permeia a abordagem, resgatando e valorizando as experiências e histórias das corpos trans e travestis. A partir da experiência de ser trans ou travesti, as pessoas entrevistadas conseguiam estabelecer pontes e vínculos com outros grupos e, até mesmo, a partir desse lugar também proporcionar acolhimento de outras pessoas trans e travestis. O acolhimento é apresentado como uma tecnologia essencial, alinhando-se com a Política Nacional de Humanização do SUS.

Nos diálogos sobre transfobia, os discursos revelam as dificuldades enfrentadas pela população trans, incluindo estigmatização, marginalização e perseguição. A falta de apoio familiar é um ponto crucial, influenciando a vivência de exclusão social. Sem o apoio da família o único lugar que sobra é a rua, a prostituição e a droga.

A transfobia é discutida como um fenômeno que permeia diversos aspectos da vida, desde a falta de empregabilidade até o silenciamento epistêmico, destacando a importância de se reconhecer e valorizar as experiências das travestis. Em muitos momentos, vemos como a exclusão dessas pessoas trans também se manifesta pelo silêncio, pelo Estado ou pelas instituições ao não se posicionarem e nem oferecerem empregabilidade. A omissão e a ausência de ações é uma política de extermínio. No texto brinco com as palavras e uso o termo cislêncio, como uma forma de nomear o silêncio das pessoas cis em relação as violações e violências que as pessoas trans e travestis são alvos. Nós apanhamos e a sociedade assiste em cislêncio.

Por fim, a amostragem demonstra a invisibilidade dos homens trans e das pessoas transmasculinas, nenhum estando atualmente em atuação na cidade de Recife. Essa

invisibilidade gera a falsa impressão de que esses sujeitos não existem, fazendo com que o cislêncio seja ainda maior. As atuações em Redução de Danos nem consideram essas existências, não se sabe o que fazer com esses corpos e não existe nenhum horizonte de formação ou contratação dessas pessoas. Isso se demonstrou de forma silenciosa na pesquisa, porém ainda muito incômoda. É necessário levar a existência de corpos transmasculinos mais a sério, pois os dados de violência e suicídio ainda são alarmantes (PFEIL, 2022), a urgência da pauta não tem conseguido a importância que merece.

Em resumo, o debate abrange questões essenciais relacionadas à Redução de Danos, cuidado e transfobia, destacando a importância da autonomia do sujeito, do acolhimento e da ética travesti na construção de práticas de cuidado mais eficazes e inclusivas. Vemos que as pessoas entrevistadas, apesar de terem conhecimento e habilidade de articular suas ideias com um campo de cuidado, ainda não conseguem empregabilidade. Não há oportunidades nem dentro da política da Redução de Danos. Embora o princípio seja a educação entre pares e o combate ao estigma, vemos que quando falamos de população trans, isso se faz presente pelo cislêncio.

Um ponto que acredito ser importante destacar, é a dificuldade de se realizar uma pesquisa com pessoas trans, de se juntar um grupo de pessoas trans para dialogar. Questões como transporte, disponibilidade de horário, disponibilidade emocional para conversar e manter um grupo coeso e motivado por semanas, foi algo difícil na execução da pesquisa. Em alguns dias houveram faltas e um dos nossos encontros foi dificultado pela chuva. A pesquisa também abre outros caminhos levantados a partir das entrevistas, porém não é possível trazê-los e aprofundá-los com a qualidade que o debate merece, pensando que esta é uma pesquisa de mestrado, com suas limitações de tempo e também pela importância do foco da pesquisa.

Por fim, reafirmo algo que se mostrou presente no *trans-curso* desta pesquisa: que, apesar da presença (ainda limitada, é verdade) e da rica, criativa e politicamente situada compreensão que as pessoas trans e travestis apresentam sobre Redução de Danos, o campo do trabalho não se mostra favorável e disposto a reconhecer esses corpos como sujeitos de potência política, metodológica e epistemológica, como instrumentos importantes para contribuir na solução de problemas que as afetam, ainda que não tenham sido criados por elas. Vemos que, até hoje, dentro dos setores de Redução de Danos a presença das pessoas trans e travestis não é tão bem vinda como merece ser, dado o pioneirismo dessa comunidade na construção da política, bem antes dela se chamar Redução de Danos. Isso sem dúvidas se mostra contundente nas falas das nossas interlocutoras e interlocutor, que clamam por uma abordagem que saia dos

laboratórios e gabinetes e atue na “vida como ela é”, que se crie pelas e para as ruas. Porque a rua também é cria. Mas, sobretudo, porque a rua também cria.

O que a rua criou?

Eu lembro que desde muito cedo
tomava tapa na cara
Pela forma que me movia
Acho que era minha feminilidade
um crime grave, mesmo se você tiver pouca idade

Com 6 anos
Sonhava em cortar meus pulsos na laje
Cresci atordoada
Amedrontada
Aprendi desde muito cedo que o preço da minha vida
era o meu silêncio

Aceitei tudo que me deram
Foi Jesus
Foi díizimo
Até cura gay eu tentei
Tudo isso só me encheu de medo, vergonha e ódio, muito ódio

Você sabe o que é crescer assim?
Abraçada aos sentimentos mais destrutivos!?
Eu era uma criança

Cresci apanhando
Cresci com medo
Cresci fugindo de mim mesma
e me escondendo descobri todas nós
As marginais

Um dia minha mãe falou, você é a porra de um maloqueiro
mas cê me jogou na rua, agora aguenta o que a rua criou

o medo e o ódio a gente transformou em estratégia e sagacidade
De tanto apanhar na cara, aprendi a socar

Meus esconderijos é onde monto meu bonde
O nosso extermínio é tudo o que eles querem
E será tudo que não terão
Nenhuma de nós vai continuar sangrando

Nos verão de pé
Nos verão rindo
Nos verão cheias de prestígio
Não serão mais nossos corpos no chão
Não espere mais paz

A paz mora no silêncio
E nós tá com a boca cheia de ideia pra acabar com seu XIU, com seu PSIU.

Então fica esperto na rua
pois esse mundo também é nosso
e não iremos nos retirar

vocês não vão nos exterminar
cê não dobra uma esquina, se a gente não deixar.

As trava cresceu, bebê
Agora vai ser com a gente
ou não vai ser.
(BUENO, 2023, p. 67)

REFERÊNCIAS

- BARATA, G. F. **A primeira década da AIDS no Brasil: O Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992)**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), 2006.
- BEAUVOIR, S. DE. **O segundo sexo. v. II**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 569–581, 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. . 1988.
- BRASIL. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília, DF: [s.n.].
- BRASIL. **Portaria nº 1.028, de 1º de Julho de 2005**. Brasília, DF: [s.n.].
- BUENO, J. **Amor&Revolta**. 1. ed. São Paulo: Editora Heliópolis, 2023.
- CAMARGO, A. M. F. **Histórias de vida: a AIDS e a sociedade contemporânea**. Tese de Doutorado—Campinas: Unicamp, 1991.
- CAVALCANTI, C.; BARBOSA, R. B.; BICALHO, P. P. G. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 175–191, 2018.
- DEMÉTRIO, F.; BENSUSAN, H. N. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. **Revista do Ceam**, v. 5, n. 1, p. 110–124, 2019.
- DERING, R. DE O.; JUBÉ, C. L. DE A. D. R.; JANUÁRIO, B. S. DE F. BRENDA LEE: A luta e representatividade das mulheres trans no Brasil. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas**, v. 15, n. 1, p. 128–142, 2021.
- ELIAS, L. D. A.; BASTOS, F. I. Saúde pública, redução de danos e a prevenção das infecções de transmissão sexual e sanguínea: revisão dos principais conceitos e sua implementação no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 12, p. 4721–4730, 2011.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. Em: ALEXANDRE, M. (Ed.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. [s.l.: s.n.]. p. 16–21.
- FAVERO, S. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 7, n. 12, p. 1–22, 2020a.
- FAVERO, S. **Pajubá-Terapia**. [s.l.] Nemesis Editora, 2020b.
- FAVERO, S. **Psicologia Suja**. Salvador, BA: Editora Devires, 2022.

FIGUEIRÊDO, A. A. F. DE; QUEIROZ, T. N. DE. A utilização de rodas de conversa como metodologia que possibilita o diálogo. Em: **Anais do “Fazendo gênero 10: Desafios atuais do feminismo”**. Florianópolis: [s.n.].

GÓES, L. Uma “Tradução” do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: Um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da Perspectiva Centro-Margem. Dissertação de mestrado em Direito—Florianópolis: Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, 2015.

GONZALES, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. Em: LUZ, M. (Ed.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 87–106.

JESUS, J. G. DE. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora: A revista de história do tempo presente**, (In)Visibilidade Trans 2. v. 16, n. 2, p. 101–123, 2013.

JESUS, J. G. D. XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. **Revista Docência e Ciberultura**, v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019.

LEMKE, R. A.; SILVA, R. A. N. D. Itinerários de construção de uma lógica territorial do cuidado. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. spe2, p. 9–20, 2013.

LINN DA QUEBRADA. **Oração**. , 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y5rY2N1XuLI>>

LOPES, H. P.; GONÇALVES, A. M. A política nacional de redução de danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 1, p. 1–15, 2018.

MÉLLO, R. P. et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 26–32, 2007.

MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. Em: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (Eds.). **Agir em Saúde: um desafio para o público**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 71–112.

MERHY, E.; FEUERWERKER, L. Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. Em: MERHY, E. E. et al. (Eds.). **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. p. 61–74.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília, DF: [s.n.].

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas**. Brasília, DF: [s.n.].

OLIVEIRA, M. R. G. D. A cobaia agora é você!: Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**, v. 36, n. 1, p. 157–178, 2023.

PFEIL, C. L. **Relatório OBSERVATÓRIO ANDERSON HERZER: DAS VIOLÊNCIAS E SUICÍDIOS CONTRA AS TRANSMASCULINIDADES**. [s.l.] IBRAT, 2022. Disponível em: <<https://revistaestudostransviades.wordpress.com/relatorio-transmasculinidades/>>.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Doutorado em Psicologia Social—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 39, p. 203–219, 2017.

SPINK, M. J. P.; FREEZA, R. M. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a Perspectiva da Psicologia Social. Em: SPINK, M. J. P. (Ed.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 01–21.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. Em: SPINK, M. J. P. (Ed.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 22–41.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18–42, 2003.

VEIGA, E. O índio executado a tiro de canhão tido como “primeiro mártir da homofobia no Brasil”. **BBC NEWS BRASIL**, 2020.

VIANNA, N. **Agentes de Redução de Danos: Trajetória, práticas, tecnologias e competências de trabalhadores do Centro de Convivência É DE LEI, EM SÃO PAULO-SP**. São Paulo: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 30 dez. 2014.

WEST, R. S. **Política de drogas e redução de danos: um estudo sobre o Programa Atitude em Pernambuco**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas—Recife: UFPE, 2016.

YORK, S. W. Y. W. P. G.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, 2020.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Convidamos o (a) Sr. (a)_____ para participar como voluntário (a) da pesquisa A encruzilhada também é ponto de partida: redução de danos ofertada por (e para) pessoas trans e travestis, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Julia Pereira Bueno, que reside na Rua Padre Henrique, 16 – Várzea – Recife-PE, CEP 50810-601 e endereço eletrônico julia.bueno@ufpe.br e celular de número 11 9 8274 5672. Esta pesquisa está sob orientação do prof. Dr. Benedito Medrado, Fone: 81.9.9922-9922. E-mail benedito.medrado@ufpe.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa:** Esta pesquisa, de natureza qualitativa, tem como objetivo investigar as narrativas de pessoas trans e travestis sobre o trabalho no campo da redução de danos. Inicialmente, para produção do material discursivo a ser analisado, será realizado um mapeamento de pessoas trans que atuam como redutores e redutoras de danos na Região Metropolitana de Recife, através de indicações baseada na técnica de “snow ball” (bola de neve), pedindo para cada pessoa indicar outra que conheça.

Para este levantamento, tomaremos como referência militantes vinculadas ao Fórum LGBT de Pernambuco, que atuam no campo da promoção de direitos para esta população e, devido a isso, têm acesso a um grande contingente de pessoas que atuam neste campo. Após esse mapeamento, entraremos em contato, via WhatsApp ou ligação de telefone, com o convite para participar de 3 oficinas entre pessoas trans da redução de danos e sobre estratégias de cuidado entre pessoas trans e travestis, que serão realizadas durante o mês de setembro com número máximo de 10 pessoas trans ou travesti.

- **RISCOS diretos:** Com esta pesquisa procuramos entrelaçar a experiência de pessoas trans e travestis com o impacto do seu trabalho na vida de outras pessoas trans e travestis, podemos tocar em pontos que façam a pessoa entrevistada ter acesso a conteúdo internos sensíveis e/ou traumáticos, então se caso a entrevista trouxer esse tipo de situação será interrompida, farei um acolhimento e encaminharei para algum serviço de acolhimento psicológico como o disponibilizado pela UFPE.

- **BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os voluntários.** O registro das experiências e tecnologias desenvolvidas por pessoas trans, para pessoas trans é uma premissa da RD, quando uma das bases é a atuação entre pares, a identificação é um instrumento poderoso para criar vínculos e traçar estratégias.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos/as voluntários/as, a não ser entre os/as responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em local seguro, sob responsabilidade da pesquisadora, no endereço profissional acima informado, pelo período mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br).

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo A encruzilhada também é ponto de partida: redução de danos ofertada por (e para) pessoas trans e travestis, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me

garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:

Assinatura:

Nome:

Assinatura: